

**- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 02/2019)**

Aos dezoito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezanove, nesta vila de Figueiró dos Vinhos, realizou-se a reunião extraordinária da Câmara Municipal sob a Presidência do Senhor Presidente da Câmara Municipal Jorge Manuel Fernandes de Abreu; estando presentes os Senhores Vereadores Eng.º Luís Filipe Antunes da Silva; Sr.ª Dr.ª Marta Inês Dinis Brás Cardoso Fernandes; Dr. Carlos Alberto David dos Santos Lopes e José Adelino da Silva Sardinha. \_\_\_\_\_

Hora de Abertura: dezassete horas. \_\_\_\_\_

Verificando-se quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, estando presente o Senhor Chefe de Divisão da Unidade Orgânica Administrativa e Financeira, Dr. Vítor Alexandre Pimentel Duarte, procedendo-se de seguida à discussão e análise dos assuntos incluídos na Ordem de Trabalhos, tendo sido tomadas as deliberações que se seguem. \_\_\_\_\_

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu**, cumprimentou todos os presentes, dando conhecimento aos Senhores Vereadores do pedido de substituição para a presente reunião, do Sr. Vereador Eng.º Manuel Paiva, estando em sua representação o Sr. José Adelino da Silva Sardinha, tendo o pedido sido aceite. \_\_\_\_\_

Passou de seguida aos assuntos da Ordem do dia. \_\_\_\_\_

- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 02/2019)

**1. TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA GESTÃO DAS PRAIAS MARÍTIMAS, FLUVIAIS E LACUSTRES INTEGRADAS NO DOMÍNIO PÚBLICO HÍDRICO DO ESTADO - DECRETO-LEI N.º 97/2018 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2018:**

Sobre o assunto foi presente a seguinte Proposta de Deliberação n.º 04/2019 emitida pelo Sr. Presidente Jorge Abreu:

**Proposta de Deliberação n.º 04/2019:**

“Considerando a lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, aprovada pela lei n.º 50/2018 de 16 de agosto, concretiza a transferência de novas competências, a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação dos recursos, através de diplomas legais de âmbito setorial relativos às diversas áreas a descentralizar da administração direta e indireta do Estado, os quais estabelecem disposições transitórias adequadas à gestão do procedimento de transferência em causa. \_\_\_\_\_

No âmbito da lei-quadro aprovada, foi publicado através do decreto-lei n.º 97/2018 de 27 de novembro de 2018, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão das praias marítimas, fluviais e lacustres integradas no domínio público hídrico do Estado. \_\_\_\_\_

Dispõe o decreto-lei n.º 97/2018 de 27 de novembro de 2018, em matéria de transferência de competências o seguinte: \_\_\_\_\_

**“Artigo 3.º  
Competências**

*1 — É da competência dos órgãos municipais, no que se refere às praias mencionadas no artigo 1.º:*

- a) Proceder à limpeza e à respetiva recolha de resíduos urbanos;*
- b) Proceder à manutenção, conservação e gestão, designadamente, do seguinte:*
  - i) Infraestruturas de saneamento básico;*
  - ii) Abastecimento de água, de energia e comunicações de emergência;*
  - iii) Equipamentos e apoios de praia, sem prejuízo do disposto na alínea a) do n.º 3;*
  - iv) Equipamentos de apoio à circulação pedonal e rodoviária, incluindo estacionamento, acessos e meios de atravessamento das águas que liguem margens de uma praia;*
- c) Assegurar a atividade de assistência a banhistas em espaços balneares, garantindo a presença dos nadadores salvadores e a existência dos materiais, equipamentos e sinalética destinados à assistência a banhistas, de acordo com a definição técnica das condições de segurança, socorro e assistência determinada pelos órgãos da Autoridade Marítima Nacional.*

*2 — Nas praias que sejam objeto de concessão, licença ou autorização, nos termos da alínea a) do número seguinte, as matérias referidas na alínea a), nas subalíneas iii) e iv) da alínea b), e na alínea c) do número anterior podem integrar o conjunto de obrigações a impor ao concessionário ou ao titular da licença ou autorização através do respetivo título de utilização de recursos hídricos.*

*3 — Compete igualmente aos órgãos municipais, no que se refere às praias mencionadas no artigo 1.º:*

- a) Concessionar, licenciar e autorizar infraestruturas, equipamentos, apoios de praia ou similares nas zonas balneares, bem como as infraestruturas e equipamentos de apoio à circulação rodoviária, incluindo estacionamento e acessos, com respeito pelos instrumentos de gestão territorial aplicáveis;*
- b) Concessionar, licenciar e autorizar o fornecimento de bens e serviços e a prática de atividades desportivas e recreativas;*
- c) Criar, liquidar e cobrar as taxas e tarifas devidas pelo exercício das competências previstas no presente artigo, as quais são consideradas receitas próprias dos municípios, sem prejuízo do disposto no artigo 9.º, para os casos aí previstos, quanto à forma de distribuição da receita;*

**- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 02/2019)**

*d) Instaurar, instruir e decidir os procedimentos contraordenacionais, bem como aplicar as coimas devidas.*

*4 — Os atos administrativos previstos nas alíneas a) e b) do número anterior incluem as atividades a exercer nas margens e nas águas das praias fluviais e lacustres e, no caso das praias marítimas, nas margens e águas até ao limite das águas costeiras nos termos definidos na alínea b) do artigo 4.º da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, na sua redação atual, ficando os mesmos sujeitos ao definido na legislação e instrumentos de planeamento e de ordenamento dos recursos hídricos em vigor.*

**Artigo 4.º**

**Obras de reparação e manutenção**

*1 — É competência dos órgãos municipais, nas praias mencionadas no artigo 1.º, realizar as obras de reparação e manutenção das retenções marginais, estacadas e muralhas, por forma a garantir a segurança dos utentes das praias.*

*2 — Não estão incluídas no disposto no número anterior as ações de estabilização e contenção dos fenómenos de erosão costeira, cuja competência se mantém nas entidades atualmente responsáveis, nos termos dos regimes legais aplicáveis.*

**Artigo 5.º**

**Exercício de competências**

*Todas as competências previstas no presente decreto-lei são exercidas pela câmara municipal.*

**Artigo 6.º**

**Condições de segurança, proteção, socorro e assistência**

*1 — Os órgãos municipais exercem as suas competências no respeito pelas regras aplicáveis em matéria de condições de segurança, proteção, socorro e assistência.*

*2 — Compete à Autoridade Marítima Nacional, no âmbito nas praias marítimas e nas praias fluviais e lacustres que se insiram no âmbito da sua jurisdição:*

*a) Assegurar a vigilância e o policiamento dos espaços balneares, promovendo os mecanismos de regulação legalmente previstos para que a sua utilização se faça em condições de segurança e com salvaguarda da ordem pública;*

*b) Estabelecer, nos termos legalmente previstos, os requisitos e dispositivos no âmbito da assistência a banhistas em praias concessionadas;*

*c) Emitir parecer quanto à definição de condições de segurança referentes a eventos de natureza cultural, desportiva ou recreativa a desenvolver no espaço balnear e demais espaços referidos no artigo 1.º, quando esteja em causa a segurança das pessoas, bens e equipamentos;*

*d) Assegurar, através de dispositivo da Polícia Marítima, a fiscalização dos eventos referidos na alínea anterior, garantindo que os mesmos se realizam em segurança.*

*3 — Pelos atos e serviços referidos na alínea b) a d) do número anterior são cobradas taxas nos termos legalmente definidos.*

*4 — Para os efeitos do presente decreto-lei, e salvo o disposto na alínea c) do n.º 2, não é aplicável a exigência do parecer prévio da Autoridade Marítima Nacional previsto na alínea f) do n.º 1 do artigo 15.º do decreto-lei n.º 226 -A/2007, de 31 de maio, na sua redação atual.*

**Artigo 7.º**

**Instrumentos de planeamento e ordenamento**

*1 — É da responsabilidade dos órgãos municipais a promoção da fruição segura e ambientalmente sustentável das praias marítimas, fluviais e lacustres, no quadro dos instrumentos de gestão do território e regulamentares em vigor, designadamente em matéria de gestão da orla costeira, das albufeiras de águas públicas de serviço público e das lagoas ou lagos de águas públicas.*

*2 — Sem prejuízo do disposto no presente decreto-lei, as competências relativas ao planeamento e ao ordenamento dos recursos hídricos, bem como à gestão de água, incluindo supervisão da sua qualidade, são prosseguidas pelos organismos competentes nos termos da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, na sua redação atual.”*

Analizado o conteúdo das competências a transferir, cumpre referir que o Município de Figueiró dos Vinhos tem na prática vindo a assumir a jurisdição das praias fluviais existentes no concelho, nomeadamente as Praias Fluviais de Aldeia de Ana de Avis e Fragas de S. Simão. \_\_\_\_\_

Estes equipamentos têm vindo a ser objeto de contrato público de concessão com operadores privados que assumem a gestão daqueles espaços, nomeadamente a responsabilidade de recrutar e remunerar os nadadores salvadores. \_\_\_\_\_

**- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 02/2019)**

Quanto às demais, tem o Município garantido todas as necessidades de manutenção, conservação e gestão dos espaços, considerando-se assim no essencial tratar-se de matérias cujo domínio já é assegurado pelo Município e que agora se verificam convertidas em decreto-lei, circunstância que pese embora a atual ausência de informação quanto ao princípio inscrito na lei-quadro que pressupõe o propósito de assegurar a estabilidade de financiamento do exercício das atribuições cometidas, presume-se estarmos perante um quadro que por ventura determinará contrapartidas financeira compensatórias por parte do Estado. \_\_\_\_\_

Por último, a decisão a tomar pelos órgãos municipais no que concerne à eventual decisão de não-aceitação, por agora, das competências ora propostas, prevê o n.º 3 do artigo 4.º da lei-quadro, que as mesmas se converterão em definitivas em janeiro de 2021. \_\_\_\_\_

Nestes termos, \_\_\_\_\_

**PROPONHO:**

1. Que a Câmara Municipal delibere aprovar a proposta de aceitação da transferência de competências no domínio da gestão das praias marítimas, fluviais e lacustres integradas no domínio público hídrico do Estado; \_\_\_\_\_
2. Que, após aprovação pela Câmara Municipal, esta proposta seja remetida ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em cumprimento e para os efeitos previstos na alínea *ccc*) do n.º 1, do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; \_\_\_\_\_
3. Caso a presente proposta resulte na não pretensão de aceitação da transferência de competências por parte do órgão deliberativo, que seja promovida a comunicação da decisão à Direção Geral das Autarquias Locais até dia 31 de janeiro de 2019, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 13.º do decreto-lei n.º 97/2018 de 27 de novembro de 2018; \_\_\_\_\_
4. Que seja aprovada em minuta a parte respeitante a esta deliberação para imediata produção de efeitos, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro”. \_\_\_\_\_

**O Sr. Vereador Dr. Carlos Lopes**, referiu que a sua posição é única, para todos os pontos agendados e que vão ser discutidos e analisados, lendo a sua Declaração de Voto que se transcreve na íntegra: \_\_\_\_\_

**“Declaração de Voto - Lei n.º. 50/2018, de 16 de agosto - Lei-Quadro da Transferência de Competências para as Autarquias Locais**

**- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 02/2019)**

A Assembleia da República aprovou recentemente a Lei nº. 50/2018, de 16 de Agosto, que estabelece o Quadro de transferência de competências para as Autarquias Locais, concretizando os princípios de subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do Poder Local. \_\_\_\_\_

Neste contexto, analisando os conceitos, entende-se que devemos falar em descentralização quando o Estado comete a Pessoas Coletivas de Direito Público, como as Autarquias Locais, o exercício de uma atribuição ou de um feixe de atribuições que lhe caberiam. \_\_\_\_\_

A intenção da devolução de poderes corporiza-se nas Autarquias locais, que são Pessoas Coletivas de população e Território, com fins múltiplos, isto é, Pessoas Coletivas que têm um substrato Pessoal constituído pela comunidade de pessoas que habitam certa circunscrição do Estado. \_\_\_\_\_

Já o conceito de autonomia está intimamente relacionado com a ideia de auto governo, ou seja, com a faculdade que as organizações têm de se orientarem por regras próprias, pressupondo liberdade e capacidade de desenvolvimento. \_\_\_\_\_

No caso em apreço, estamos perante um Quadro de Transferência de competências de mera execução física e financeira, mantendo o Poder de decisão, em última instância no Governo e na administração central prevendo-se formas de tutela efetiva com a corrosão e progressiva destruição dos princípios enunciados da descentralização administrativa e da autonomia do Poder Local. \_\_\_\_\_

Nesta linha o Processo de transferência de competências em curso, longe de satisfazer os objetivos constitucionalmente consagrados para a Desconcentração de competências para a execução de atos materiais com autonomia administrativa e financeira, embora, como se afirma, não possa haver aumento da despesa pública. \_\_\_\_\_

Nesta sequência, fica o nosso desejo e esperança de que o Processo em desenvolvimento não consista, como outros processos mostraram no passado, redução do investimento público, diminuição da presença do Estado e alijamento do ónus de insatisfação e incumprimento para o Poder Local. \_\_\_\_\_

Sendo certo que algumas das competências previstas na presente Lei já são tarefas exercidas pela nossa Autarquia, importará que à semelhança dos Municípios de baixa densidade possa vir a exercer na plenitude todas as competências contempladas na Lei-quadro, evitando por essa via o acentuar das assimetrias já existentes. \_\_\_\_\_

Em face desta reflexão e pugnando por uma efetiva descentralização de competências, condição indispensável para o desenvolvimento local e regional capaz de assegurar o reforço da coesão territorial e da solidariedade inter-regional, promovendo a eficiência e eficácia da gestão pública, garantindo e aprofundando os interesses das Populações, a satisfação dos seus legítimos direitos e aspirações, o MFI – Movimento Figueiró Independente, analisará e votará sempre em conformidade com os princípios e preocupações evidenciadas e enunciadas, concordando e dando o seu assentimento neste órgão Executivo às onze propostas hoje aqui

**- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 02/2019)**

trazidas, votando em consequência favoravelmente todas as mesmas. \_\_\_\_\_

Figueiró dos Vinhos 18 de Janeiro de 2019. \_\_\_\_\_

O Vereador do MFI

Carlos Lopes”

**O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva**, cumprimentou o Sr. Presidente, colegas da Vereação, Sr. Chefe de Divisão e Sr.ª Secretária. Seguidamente e em relação a este ponto, apresentou um documento que leu e se transcreve na íntegra: \_\_\_\_\_

**“Transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão das praias marítimas, fluviais e lacustres integradas no domínio público hídrico do Estado**

Vem a esta reunião extraordinária da câmara municipal a proposta de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão das praias marítimas, fluviais e lacustres integradas no domínio público hídrico do Estado. Assim e sem mais. \_\_\_\_\_

O PSD tem vindo, nas reuniões de câmara, a chamar a atenção para esta questão. Fê-lo nas reuniões de câmara de 11 de julho de 2018, 12 de setembro de 2018 e 9 de janeiro de 2019. Em todas elas sempre deixámos o repto para a realização de uma discussão alargada, participada e transparente que a todos envolvesse. A maioria do executivo assim não entendeu. \_\_\_\_\_

Frisámos até a necessidade da criação de uma Comissão Prévia de Avaliação e Validação, individualizada e concreta, antes da operacionalização da transferência de competências tal como defende a Associação Nacional dos Municípios Portugueses. Uma Comissão que tivesse como funções a análise dos dados e elementos, nomeadamente relativos às instalações, equipamentos, recursos humanos e recursos financeiros de forma a assegurar uma transferência de competências sólida e rigorosa e a garantir que os objetivos de interesse nacional são alcançados, ao mesmo tempo que os interesses do Município de Figueiró dos Vinhos são respeitados. Também esta nossa proposta não foi acolhida. \_\_\_\_\_

É depois disto que aqui chegámos. Sem conhecer o envelope financeiro associados ao nosso Município com a referenciação das verbas por área de competências a transferir e sem o cumprimento de algumas garantias por parte do Governo. \_\_\_\_\_

É, pois, com estas limitações que nos é pedido que deliberemos aprovar a proposta de aceitação de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão das praias marítimas, fluviais e

**- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 02/2019)**

lacustres integradas no domínio público hídrico do Estado. \_\_\_\_\_

Uma coisa é o que a Câmara já faz na prática por sua própria iniciativa, e bem, outra bem diferente é ter de agora em diante a responsabilidade expressa de realizar essas competências consagradas em decreto-lei sem os respetivos meios financeiros para o efeito. \_\_\_\_\_

Sempre dissemos que mais do que transferir ou aceitar competências é preciso saber qual é o envelope financeiro que as acompanha. Para nós é claro que qualquer nova transferência de atribuições e competências deve ser acompanhada da garantia comprovada da dotação do Município de Figueiró dos Vinhos com os meios indispensáveis ao seu pleno exercício, presente e futuro. \_\_\_\_\_

Somos coerentes com o que sempre dissemos. Não obstaculizamos, mas não, também, não passamos cheques em branco pelo que o nosso voto é o da **abstenção**. \_\_\_\_\_

Figueiró dos Vinhos, 18 de janeiro de 2019

O Vereador

Luís Filipe Silva”

Depois destas considerações, **a Câmara Municipal** deliberou por maioria quatro votos a favor dos Srs. Vereadores do Partido Socialista, e do Sr. Vereador do Movimento Figueiro Independente, e uma abstenção do Sr. Vereador eleito pela Coligação do Partido Social Democrata/Partido Popular, pelas razões antes exaradas, proceder em conformidade com a mesma, aprovando a proposta de aceitação da transferência de competências no domínio da gestão das praias marítimas, fluviais e lacustres integradas no domínio público hídrico do Estado. \_\_\_\_\_

Mais deliberou submeter, esta proposta para aprovação ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, em cumprimento e para os efeitos previstos na alínea *ccc*) do n.º 1, do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que caso a presente proposta resulte na não pretensão de aceitação da transferência de competências por parte do órgão deliberativo, que seja promovida a comunicação da decisão à Direção Geral das Autarquias Locais até dia 31 de janeiro de 2019, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 13.º do decreto-lei n.º 97/2018 de 27 de novembro de 2018. \_\_\_\_\_

Por último deliberou aprovar em minuta a parte respeitante a esta deliberação para imediata produção de efeitos, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. \_\_\_\_\_

- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 02/2019)

**2. TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA AUTORIZAÇÃO DE EXPLORAÇÃO DAS MODALIDADES AFINS DE JOGOS DE FORTUNA OU AZAR E OUTRAS FORMAS DE JOGO, NOMEADAMENTE RIFAS, TÔMBOLAS, SORTEIOS, CONCURSOS PUBLICITÁRIOS, CONCURSOS DE CONHECIMENTOS E PASSATEMPOS - DECRETO-LEI N.º 98/2018 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2018:** Sobre o assunto foi presente a seguinte

Proposta de Deliberação n.º 05/2019 emitida pelo Sr. Presidente Jorge Abreu: \_\_\_\_\_

**Proposta de Deliberação n.º 05/2019:**

“Considerando a lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, aprovada pela lei n.º 50/2018 de 16 de agosto, concretiza a transferência de novas competências, a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação dos recursos, através de diplomas legais de âmbito setorial relativos às diversas áreas a descentralizar da administração direta e indireta do Estado, os quais estabelecem disposições transitórias adequadas à gestão do procedimento de transferência em causa. \_\_\_\_\_

No âmbito da lei-quadro aprovada, foi publicado através do decreto-lei n.º 98/2018 de 27 de novembro de 2018, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo, nomeadamente rifas, tómbolas, sorteios, concursos publicitários, concursos de conhecimentos e passatempos. \_\_\_\_\_

Dispõe o decreto-lei n.º 98/2018 de 27 de novembro de 2018, em matéria de transferência de competências o seguinte: \_\_\_\_\_

*Artigo 2.º*

*Transferência de competências*

*É da competência dos órgãos municipais autorizar a exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo. \_\_\_\_\_*

*Artigo 3.º*

*Dever de informação*

*Para efeitos de acompanhamento e monitorização do número total de autorizações concedidas, os municípios devem remeter, ao membro do Governo responsável pela área da administração interna, por via eletrónica, a informação necessária nos 10 dias subsequentes ao final de cada trimestre. \_\_\_\_\_*

Analisado o conteúdo das competências a transferir, cumpre referir que se trata da assunção de novas responsabilidades para o Município, o que implicará afetação de meios e recursos para assegurar novas tarefas, nomeadamente, os procedimentos administrativos de autorização, de fiscalização e de contraordenação.

De acordo com o disposto no decreto-lei estão previstas contrapartidas financeiras que resultarão da aplicação



**- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 02/2019)**

de taxas pelos atos objeto de autorização, que carecem de regulamentação, sendo que o produto das coimas a aplicar reverterá em 100% para os cofres municipais ou 60%, se a entidade autuante for diversa do Município.

Considerando tratar-se de matéria sobre a qual é inexistente qualquer informação sobre os reais impactos decorrentes da transferência em análise, por prudência, aconselhar-se-ia, uma vez que é desconhecida a dimensão deste tipo de exploração no território, dado o fraco impacto que estas questões têm assumido no contexto local, a não aceitação da transferência objeto de análise para o corrente ano, não descurando, no entanto, o evoluir da temática bem como perceber o alcance que esta matéria terá na esfera do Município e dos munícipes. \_\_\_\_\_

Por último, a decisão a tomar pelos órgãos municipais no que concerne à eventual decisão de não-aceitação, por agora, as competências ora propostas, prevê o n.º 3 do artigo 4.º da lei-quadro, que as mesmas se converterão em definitivas em janeiro de 2021. \_\_\_\_\_

**Nestes termos,** \_\_\_\_\_

**PROPONHO:**

1. Que a Câmara Municipal delibere pela proposta de não aceitação da transferência no domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo, nomeadamente rifas, tómbolas, sorteios, concursos publicitários, concursos de conhecimentos e passatempos para o ano de 2019; \_\_\_\_\_

2. Que, após aprovação pela Câmara Municipal, esta proposta seja remetida ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em cumprimento e para os efeitos previstos na alínea ccc) do n.º 1, do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; \_\_\_\_\_

3. Caso a presente proposta resulte na não pretensão de aceitação da transferência de competências por parte do órgão deliberativo, que seja promovida a comunicação da decisão à Direção Geral das Autarquias Locais até dia 31 de janeiro de 2019, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 9.º do decreto-lei n.º 98/2018 de 27 de novembro de 2018; \_\_\_\_\_

4. Que seja aprovada em minuta a parte respeitante a esta deliberação para imediata produção de efeitos, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro” \_\_\_\_\_

**O Sr. Vereador Dr. Carlos Lopes**, referiu que a sua posição é única, para todos os pontos agendados e que vão ser discutidos e analisados, lendo a sua Declaração de Voto que se transcreve na íntegra: \_\_\_\_\_

**- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 02/2019)****“Declaração de Voto - Lei nº. 50/2018, de 16 de agosto - Lei-Quadro da Transferência de Competências para as Autarquias Locais**

A Assembleia da República aprovou recentemente a Lei nº. 50/2018, de 16 de Agosto, que estabelece o Quadro de transferência de competências para as Autarquias Locais, concretizando os princípios de subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do Poder Local. \_\_\_\_\_

Neste contexto, analisando os conceitos, entende-se que devemos falar em descentralização quando o Estado comete a Pessoas Coletivas de Direito Público, como as Autarquias Locais, o exercício de uma atribuição ou de um feixe de atribuições que lhe caberiam. \_\_\_\_\_

A intenção da devolução de poderes corporiza-se nas Autarquias locais, que são Pessoas Coletivas de população e Território, com fins múltiplos, isto é, Pessoas Coletivas que têm um substrato Pessoal constituído pela comunidade de pessoas que habitam certa circunscrição do Estado. \_\_\_\_\_

Já o conceito de autonomia está intimamente relacionado com a ideia de auto governo, ou seja, com a faculdade que as organizações têm de se orientarem por regras próprias, pressupondo liberdade e capacidade de desenvolvimento. \_\_\_\_\_

No caso em apreço, estamos perante um Quadro de Transferência de competências de mera execução física e financeira, mantendo o Poder de decisão, em última instância no Governo e na administração central prevendo-se formas de tutela efetiva com a corrosão e progressiva destruição dos princípios enunciados da descentralização administrativa e da autonomia do Poder Local. \_\_\_\_\_

Nesta linha o Processo de transferência de competências em curso, longe de satisfazer os objetivos constitucionalmente consagrados para a Desconcentração de competências para a execução de atos materiais com autonomia administrativa e financeira, embora, como se afirma, não possa haver aumento da despesa pública. \_\_\_\_\_

Nesta sequência, fica o nosso desejo e esperança de que o Processo em desenvolvimento não consista, como outros processos mostraram no passado, redução do investimento público, diminuição da presença do Estado e alijamento do ónus de insatisfação e incumprimento para o Poder Local. \_\_\_\_\_

Sendo certo que algumas das competências previstas na presente Lei já são tarefas exercidas pela nossa Autarquia, importará que à semelhança dos Municípios de baixa densidade possa vir a exercer na plenitude todas as competências contempladas na Lei-quadro, evitando por essa via o acentuar das assimetrias já existentes. \_\_\_\_\_

Em face desta reflexão e pugnando por uma efetiva descentralização de competências, condição indispensável para o desenvolvimento local e regional capaz de assegurar o reforço da coesão territorial e da solidariedade inter-regional, promovendo a eficiência e eficácia da gestão pública, garantindo e aprofundando os interesses

**- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 02/2019)**

das Populações, a satisfação dos seus legítimos direitos e aspirações, o MFI – Movimento Figueiró Independente, analisará e votará sempre em conformidade com os princípios e preocupações evidenciadas e enunciadas, concordando e dando o seu assentimento neste órgão Executivo às onze propostas hoje aqui trazidas, votando em consequência favoravelmente todas as mesmas. \_\_\_\_\_

Figueiró dos Vinhos 18 de Janeiro de 2019. \_\_\_\_\_

O Vereador do MFI

Carlos Lopes”

**O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva**, em relação a este ponto, apresentou um documento que leu e se transcreve na íntegra: \_\_\_\_\_

**“Transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo, nomeadamente rifas, tómbolas, sorteios, concursos publicitários, concursos de conhecimentos e passatempos**

Vem a esta reunião extraordinária da câmara municipal a proposta de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo, nomeadamente rifas, tómbolas, sorteios, concursos publicitários, concursos de conhecimentos e passatempos. Assim e sem mais. \_\_\_\_\_

O PSD tem vindo, nas reuniões de câmara, a chamar a atenção para esta questão. Fê-lo nas reuniões de câmara de 11 de julho de 2018, 12 de setembro de 2018 e 9 de janeiro de 2019. Em todas elas sempre deixámos o repto para a realização de uma discussão alargada, participada e transparente que a todos envolvesse. A maioria do executivo assim não entendeu. \_\_\_\_\_

Frisámos até a necessidade da criação de uma Comissão Prévia de Avaliação e Validação, individualizada e concreta, antes da operacionalização da transferência de competências tal como defende a Associação Nacional dos Municípios Portugueses. Uma Comissão que tivesse como funções a análise dos dados e elementos, nomeadamente relativos às instalações, equipamentos, recursos humanos e recursos financeiros de forma a assegurar uma transferência de competências sólida e rigorosa e a garantir que os objetivos de interesse nacional são alcançados, ao mesmo tempo que os interesses do Município de Figueiró dos Vinhos são respeitados. Também esta nossa proposta não foi acolhida. \_\_\_\_\_

É depois disto que aqui chegámos. Sem conhecer o envelope financeiro associados ao nosso Município com a

**- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 02/2019)**

referenciação das verbas por área de competências a transferir e sem o cumprimento de algumas garantias por parte do Governo. \_\_\_\_\_

É, pois, com estas limitações que nos é pedido que deliberemos acerca da aceitação ou não destas competências. Se é certo que este tipo de exploração tem um reduzido impacto no nosso território já o desconhecimento que temos relativamente à sua dimensão presente e futura é maior. Desconhecimento que não existiria se a Comissão Prévia de Avaliação e Validação tivesse sido criada. \_\_\_\_\_

Assim reafirmamos o que sempre dissemos. Mais do que transferir ou aceitar competências é preciso saber qual é o envelope financeiro que as acompanha. Para nós é claro que qualquer nova transferência de atribuições e competências deve ser acompanhada da garantia comprovada da dotação do Município de Figueiró dos Vinhos com os meios indispensáveis ao seu pleno exercício, presente e futuro. \_\_\_\_\_

Somos coerentes com o que sempre defendemos pelo que o nosso voto é o voto de **não aceitação** da transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo, nomeadamente rifas, tómbolas, sorteios, concursos publicitários, concursos de conhecimentos e passatempos. \_\_\_\_\_

Figueiró dos Vinhos, 18 de janeiro de 2019

O Vereador

Luís Filipe Silva”

Depois destas considerações, **a Câmara Municipal** deliberou por unanimidade proceder em conformidade com a mesma, aprovando a proposta de não aceitação da transferência no domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo, nomeadamente rifas, tómbolas, sorteios, concursos publicitários, concursos de conhecimentos e passatempos para o ano de 2019.

Mais deliberou submeter, esta proposta para aprovação, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, em cumprimento e para os efeitos previstos na alínea ccc) do n.º 1, do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que caso a presente proposta resulte na não pretensão de aceitação da transferência de competências por parte do órgão deliberativo, que seja promovida a comunicação da decisão à Direção Geral das Autarquias Locais até dia 31 de janeiro de 2019, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 9.º do decreto-lei n.º 98/2018 de 27 de novembro de 2018. \_\_\_\_\_

Por último deliberou aprovar em minuta a parte respeitante a esta deliberação para imediata produção de efeitos, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. \_\_\_\_\_

- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 02/2019)

**3. TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS DAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA PROMOÇÃO TURÍSTICA INTERNA SUB-REGIONAL, EM ARTICULAÇÃO COM AS ENTIDADES REGIONAIS DE TURISMO - DECRETO-LEI N.º**

**99/2018 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2018:** Sobre o assunto foi presente a seguinte Proposta de Deliberação n.º 06/2019 emitida pelo Sr. Presidente Jorge Abreu: \_\_\_\_\_

**Proposta de Deliberação n.º 06/2019:**

“Considerando a lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, aprovada pela lei n.º 50/2018 de 16 de agosto, concretiza a transferência de novas competências, a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação dos recursos, através de diplomas legais de âmbito setorial relativos às diversas áreas a descentralizar da administração direta e indireta do Estado, os quais estabelecem disposições transitórias adequadas à gestão do procedimento de transferência em causa. \_\_\_\_\_

No âmbito da lei-quadro aprovada, foi publicado através do decreto-lei n.º 99/2018 de 28 de novembro de 2018, que concretiza a transferência de competências para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio da promoção turística interna sub-regional, em articulação com as entidades regionais de turismo. \_\_\_\_\_

Dispõe o decreto-lei n.º 99/2018 de 28 de novembro de 2018, em matéria de transferência de competências o seguinte: \_\_\_\_\_

*“Artigo 2.º*

*Transferência de competências*

*É da competência dos órgãos das entidades intermunicipais:*

- a) Participar na definição e implementação do plano regional de turismo a nível sub-regional, cuja iniciativa e responsabilidade de execução é da competência das entidades regionais de turismo;*
- b) Assegurar a promoção dos produtos e recursos turísticos sub-regionais no mercado interno, compreendido pelo território nacional, tendo como enquadramento a estratégia turística nacional e regional, designadamente em eventos de promoção turística;*
- c) Recorrer a programas de financiamento nacionais e europeus;*
- d) Gerir e implementar programas com financiamento nacional e ou europeu;*
- e) Definir os eventos considerados âncora para a sub-região e participar na sua organização.*

*Artigo 3.º*

*Exercício de competências*

*1 - Nas comunidades intermunicipais o exercício da competência prevista no presente decreto-lei é atribuído ao conselho intermunicipal e, nas áreas de Lisboa e Porto, ao conselho metropolitano, até à criação das entidades previstas no artigo 42.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.*

*2 - O conselho intermunicipal e o conselho metropolitano podem delegar, com faculdade de subdelegação, o exercício da competência prevista no presente decreto-lei.*

*Artigo 4.º*

*Acordo prévio dos municípios*

*1 - A transferência das competências para as entidades intermunicipais depende do prévio acordo de todos os municípios que as integram.*

*2 - O acordo referido no número anterior é da competência da assembleia municipal de cada um dos municípios que integram a entidade intermunicipal.*

*3 - No caso de se verificar o acordo de todos os municípios quanto ao exercício das competências pela entidade intermunicipal que integram, deve a mesma publicá-lo na respetiva página da Internet.”*

**- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 02/2019)**

Analísado o conteúdo das competências a transferir, cumpre referir que nos últimos anos a gestão das intervenções na área do turismo já é feita com forte presença intermunicipal com a intervenção transversal da entidade regional de turismo (Turismo Centro de Portugal), estratégia que se tem revelado positiva para toda a região, fazendo assim sentido aceitar o acordo de transferência das competências para a entidade intermunicipal, tanto mais que atualmente já estão em execução projetos/intervenções intermunicipais.

Nestes termos, \_\_\_\_\_

**PROPONHO:**

Que a Câmara Municipal delibere pela proposta de aceitação da transferência de competências para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio da promoção turística interna sub-regional, em articulação com as entidades regionais de turismo; \_\_\_\_\_

Que, após aprovação pela Câmara Municipal, esta proposta seja remetida ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em cumprimento e para os efeitos da alínea ccc) do n.º 1, do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; \_\_\_\_\_

Que, após decisão pela Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 4.º do decreto-lei n.º 99/2018 de 27 de novembro de 2018, seja promovida de imediato comunicação da decisão à Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, permitindo assim que esta se pronuncie, no prazo estabelecido no n.º 2 do artigo 8.º do mesmo diploma; \_\_\_\_\_

Que seja aprovada em minuta a parte respeitante a esta deliberação para imediata produção de efeitos, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro”. \_\_\_\_\_

**O Sr. Vereador Dr. Carlos Lopes**, referiu que a sua posição é única, para todos os pontos agendados e que vão ser discutidos e analisados, lendo a sua Declaração de Voto que se transcreve na íntegra: \_\_\_\_\_

**“Declaração de Voto - Lei n.º. 50/2018, de 16 de agosto - Lei-Quadro da Transferência de Competências para as Autarquias Locais**

A Assembleia da República aprovou recentemente a Lei n.º. 50/2018, de 16 de Agosto, que estabelece o Quadro de transferência de competências para as Autarquias Locais, concretizando os princípios de subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do Poder Local. \_\_\_\_\_

Neste contexto, analisando os conceitos, entende-se que devemos falar em descentralização quando o Estado

**- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 02/2019)**

comete a Pessoas Coletivas de Direito Público, como as Autarquias Locais, o exercício de uma atribuição ou de um feixe de atribuições que lhe caberiam. \_\_\_\_\_

A intenção da devolução de poderes corporiza-se nas Autarquias locais, que são Pessoas Coletivas de população e Território, com fins múltiplos, isto é, Pessoas Coletivas que têm um substrato Pessoal constituído pela comunidade de pessoas que habitam certa circunscrição do Estado. \_\_\_\_\_

Já o conceito de autonomia está intimamente relacionado com a ideia de auto governo, ou seja, com a faculdade que as organizações têm de se orientarem por regras próprias, pressupondo liberdade e capacidade de desenvolvimento. \_\_\_\_\_

No caso em apreço, estamos perante um Quadro de Transferência de competências de mera execução física e financeira, mantendo o Poder de decisão, em última instância no Governo e na administração central prevendo-se formas de tutela efetiva com a corrosão e progressiva destruição dos princípios enunciados da descentralização administrativa e da autonomia do Poder Local. \_\_\_\_\_

Nesta linha o Processo de transferência de competências em curso, longe de satisfazer os objetivos constitucionalmente consagrados para a Desconcentração de competências para a execução de atos materiais com autonomia administrativa e financeira, embora, como se afirma, não possa haver aumento da despesa pública. \_\_\_\_\_

Nesta sequência, fica o nosso desejo e esperança de que o Processo em desenvolvimento não consista, como outros processos mostraram no passado, redução do investimento público, diminuição da presença do Estado e alijamento do ónus de insatisfação e incumprimento para o Poder Local. \_\_\_\_\_

Sendo certo que algumas das competências previstas na presente Lei já são tarefas exercidas pela nossa Autarquia, importará que à semelhança dos Municípios de baixa densidade possa vir a exercer na plenitude todas as competências contempladas na Lei-quadro, evitando por essa via o acentuar das assimetrias já existentes. \_\_\_\_\_

Em face desta reflexão e pugnando por uma efetiva descentralização de competências, condição indispensável para o desenvolvimento local e regional capaz de assegurar o reforço da coesão territorial e da solidariedade inter-regional, promovendo a eficiência e eficácia da gestão pública, garantindo e aprofundando os interesses das Populações, a satisfação dos seus legítimos direitos e aspirações, o MFI – Movimento Figueiró Independente, analisará e votará sempre em conformidade com os princípios e preocupações evidenciadas e enunciadas, concordando e dando o seu assentimento neste órgão Executivo às onze propostas hoje aqui trazidas, votando em consequência favoravelmente todas as mesmas. \_\_\_\_\_

Figueiró dos Vinhos 18 de Janeiro de 2019. \_\_\_\_\_

O Vereador do MFI

Carlos Lopes”

**- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 02/2019)**

**O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva**, em relação a este ponto, apresentou um documento que leu e se transcreve na íntegra: \_\_\_\_\_

**“Transferência de competências para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio da promoção turística interna sub-regional, em articulação com as entidades regionais de turismo**

Vem a esta reunião extraordinária da câmara municipal a proposta de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da promoção turística interna sub-regional, em articulação com as entidades regionais de turismo. Assim e sem mais. \_\_\_\_\_

O PSD tem vindo, nas reuniões de câmara, a chamar a atenção para esta questão. Fê-lo nas reuniões de câmara de 11 de julho de 2018, 12 de setembro de 2018 e 9 de janeiro de 2019. Em todas elas sempre deixámos o repto para a realização de uma discussão alargada, participada e transparente que a todos envolvesse. A maioria do executivo assim não entendeu. \_\_\_\_\_

Frisámos até a necessidade da criação de uma Comissão Prévia de Avaliação e Validação, individualizada e concreta, antes da operacionalização da transferência de competências tal como defende a Associação Nacional dos Municípios Portugueses. Uma Comissão que tivesse como funções a análise dos dados e elementos, nomeadamente relativos às instalações, equipamentos, recursos humanos e recursos financeiros de forma a assegurar uma transferência de competências sólida e rigorosa e a garantir que os objetivos de interesse nacional são alcançados, ao mesmo tempo que os interesses do Município de Figueiró dos Vinhos são respeitados. Também esta nossa proposta não foi acolhida. \_\_\_\_\_

A sustentabilidade financeira concreta da transferência de atribuições da Administração Central, o eventual agravamento das desigualdades entre autarquias locais, o afastamento do Estado em áreas em que é essencial, ou o risco das transferências serem encaradas como um mero afastar de responsabilidades do Estado, são algumas reservas que mereceriam uma resposta estudada, avaliada e validada que não temos. \_\_\_\_\_

É, pois, com todas estas limitações e reservas que nos é pedido que deliberemos aprovar a proposta de aceitação de transferência de competências para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio da promoção turística interna sub-regional, em articulação com as entidades regionais de turismo. \_\_\_\_\_

Pela parte do PSD e apesar do que atrás dissemos e com tudo o que isso implica em termos de salvaguarda de uma votação competente votamos pela **aceitação da transferência** destas competências para os órgãos das entidades intermunicipais. \_\_\_\_\_

Figueiró dos Vinhos, 18 de janeiro de 2019

O Vereador  
Luís Filipe Silva”



**- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 02/2019)**

Depois destas considerações a **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade proceder em conformidade com a mesma, aprovando a proposta de aceitação da transferência de competências para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio da promoção turística interna sub-regional, em articulação com as entidades regionais de turismo. \_\_\_\_\_

Mais deliberou submeter, esta proposta para aprovação ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, em cumprimento e para os efeitos da alínea *ccc*) do n.º 1, do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que, após decisão da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 4.º do decreto-lei n.º 99/2018 de 27 de novembro de 2018, seja promovida de imediato comunicação da decisão à Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, permitindo assim que esta se pronuncie, no prazo estabelecido no n.º 2 do artigo 8.º do mesmo diploma. \_\_\_\_\_

Por último deliberou aprovar em minuta a parte respeitante a esta deliberação para imediata produção de efeitos, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. \_\_\_\_\_

**4. TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DAS VIAS DE COMUNICAÇÃO - DECRETO-LEI N.º 100/2018 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2018:** Sobre o

assunto foi presente a seguinte Proposta de Deliberação n.º 07/2019 emitida pelo Sr. Presidente Jorge Abreu:

**Proposta de Deliberação n.º 07/2019:**

Considerando a lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, aprovada pela lei n.º 50/2018 de 16 de agosto, concretiza a transferência de novas competências, a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação dos recursos, através de diplomas legais de âmbito setorial relativos às diversas áreas a descentralizar da administração direta e indireta do Estado, os quais estabelecem disposições transitórias adequadas à gestão do procedimento de transferência em causa. \_\_\_\_\_

No âmbito da lei-quadro aprovada, foi publicado através do decreto-lei n.º 100/2018 de 28 de novembro de 2018, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das vias de comunicação. \_\_\_\_\_

Dispõe o decreto-lei n.º 100/2018 de 28 de novembro de 2018, em matéria de transferência de competências o seguinte: \_\_\_\_\_

**- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 02/2019)****“Artigo 2.º*****Transferência de competências e titularidade***

*1 — É da competência dos órgãos municipais a gestão:*

*a) Dos troços de estradas e dos equipamentos e infraestruturas neles integradas, localizados nos perímetros urbanos;*  
*b) Dos troços de estradas desclassificadas pelo Plano Rodoviário Nacional e os troços substituídos por variantes ainda não entregues através de mutação dominial por acordo entre a Infraestruturas de Portugal, S. A. (doravante designada por IP) e o respetivo município.*

*2 — É transferida para os municípios a titularidade dos troços e dos equipamentos e infraestruturas referidos no número anterior, através de mutação dominial por acordo entre a IP e o respetivo município, conforme previsto no artigo 40.º do Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional, aprovado em anexo à Lei n.º 34/2015, de 27 de abril, na sua redação atual, passando a integrar o domínio público municipal.*

**Artigo 3.º*****Exercício de competências***

*Todas as competências previstas no presente decreto-lei são exercidas pela câmara municipal, sem prejuízo da competência da assembleia municipal prevista nos n.os 4 e 5 do artigo 6.º.*

**Artigo 9.º*****Competências excluídas***

*1 — A fiscalização do cumprimento das disposições do Código da Estrada e legislação complementar mantém -se nas respetivas entidades fiscalizadoras, sem prejuízo das competências municipais em matéria de regulação e fiscalização do estacionamento dentro e fora das localidades.*

*2 — Caso não ocorra a mutação dominial, as competências de gestão transferida para os municípios não incluem a manutenção, conservação e reparação da zona da estrada, continuando essas funções a cargo das entidades atualmente competentes de acordo com o regime legal aplicável.”*

Considerando o conteúdo das competências a transferir, cumpre referir que se pretende transferir para o Município de Figueiró dos Vinhos a gestão da "Zona das Estrada: o terreno ocupado pela estrada e seus elementos funcionais, abrangendo a faixa de rodagem, as bermas, as obras de arte, as obras hidráulicas, as obras de contenção, os túneis, as valetas, os separadores, as banquetas, os taludes, os passeios e as vias coletoras" localizadas dentro do perímetro urbano. De acordo com a análise realizada ao contexto atual relativamente à existência de vias abrangidas pelo diploma, verifica-se que o Município de Figueiró dos Vinhos apenas possui no seu território duas estradas nacionais, a EN 236-1 e a ER 347. O Itinerário Complementar IC8 está excluído por força da al. b) do n.º 2 do artigo 4.º. Analisadas as cartas e planos vigentes, constata-se que apenas uma extensão de aproximadamente 60 metros da ER 347 atravessa aglomerado rural, não se verificando a existência de qualquer troço de via que reúna os requisitos do n.º 2 do artigo 5.º e que assim se conclua pela existência de atravessamento em perímetro urbano, pelo que resulta do exposto a inexistência de objeto enquadrável em procedimento de aceitação de transferência de competências.

Por último, a decisão a tomar pelos órgãos municipais no que concerne à eventual decisão de não-aceitação, por agora, das competências ora propostas, prevê o n.º 3 do artigo 4.º da lei-quadro, que as mesmas se converterão em definitivas em janeiro de 2021. \_\_\_\_\_

**Nestes termos,** \_\_\_\_\_

**PROPONHO:**

**- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 02/2019)**

1. Que a Câmara Municipal delibere pela proposta de não aceitação da transferência de competências por falta de objeto para os órgãos municipais no domínio das vias de comunicação para o ano de 2019; \_\_\_\_\_
2. Que, após aprovação pela Câmara Municipal, esta proposta seja remetida ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em cumprimento e para os efeitos da alínea *ccc*) do n.º 1, do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; \_\_\_\_\_
3. Caso a presente proposta resulte no mesmo sentido de não aceitação da transferência de competências por parte do órgão deliberativo, que seja promovida a comunicação da decisão à Direção Geral das Autarquias Locais até dia 1 de fevereiro de 2019, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 14.º do decreto-lei n.º 100/2018 de 28 de novembro de 2018; \_\_\_\_\_
4. Que seja aprovada em minuta a parte respeitante a esta deliberação para imediata produção de efeitos, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro”. \_\_\_\_\_

**O Sr. Vereador Dr. Carlos Lopes**, referiu que a sua posição é única, para todos os pontos agendados e que vão ser discutidos e analisados, lendo a sua Declaração de Voto que se transcreve na íntegra: \_\_\_\_\_

**“Declaração de Voto - Lei n.º. 50/2018, de 16 de agosto - Lei-Quadro da Transferência de Competências para as Autarquias Locais**

A Assembleia da República aprovou recentemente a Lei n.º. 50/2018, de 16 de Agosto, que estabelece o Quadro de transferência de competências para as Autarquias Locais, concretizando os princípios de subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do Poder Local. \_\_\_\_\_

Neste contexto, analisando os conceitos, entende-se que devemos falar em descentralização quando o Estado comete a Pessoas Coletivas de Direito Público, como as Autarquias Locais, o exercício de uma atribuição ou de um feixe de atribuições que lhe caberiam. \_\_\_\_\_

A intenção da devolução de poderes corporiza-se nas Autarquias locais, que são Pessoas Coletivas de população e Território, com fins múltiplos, isto é, Pessoas Coletivas que têm um substrato Pessoal constituído pela comunidade de pessoas que habitam certa circunscrição do Estado. \_\_\_\_\_

Já o conceito de autonomia está intimamente relacionado com a ideia de auto governo, ou seja, com a faculdade que as organizações têm de se orientarem por regras próprias, pressupondo liberdade e capacidade de desenvolvimento. \_\_\_\_\_

No caso em apreço, estamos perante um Quadro de Transferência de competências de mera execução física e

**- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 02/2019)**

financeira, mantendo o Poder de decisão, em última instância no Governo e na administração central prevendo-se formas de tutela efetiva com a corrosão e progressiva destruição dos princípios enunciados da descentralização administrativa e da autonomia do Poder Local. \_\_\_\_\_

Nesta linha o Processo de transferência de competências em curso, longe de satisfazer os objetivos constitucionalmente consagrados para a Desconcentração de competências para a execução de atos materiais com autonomia administrativa e financeira, embora, como se afirma, não possa haver aumento da despesa pública. \_\_\_\_\_

Nesta sequência, fica o nosso desejo e esperança de que o Processo em desenvolvimento não consista, como outros processos mostraram no passado, redução do investimento público, diminuição da presença do Estado e alijamento do ônus de insatisfação e incumprimento para o Poder Local. \_\_\_\_\_

Sendo certo que algumas das competências previstas na presente Lei já são tarefas exercidas pela nossa Autarquia, importará que à semelhança dos Municípios de baixa densidade possa vir a exercer na plenitude todas as competências contempladas na Lei-quadro, evitando por essa via o acentuar das assimetrias já existentes. \_\_\_\_\_

Em face desta reflexão e pugnando por uma efetiva descentralização de competências, condição indispensável para o desenvolvimento local e regional capaz de assegurar o reforço da coesão territorial e da solidariedade inter-regional, promovendo a eficiência e eficácia da gestão pública, garantindo e aprofundando os interesses das Populações, a satisfação dos seus legítimos direitos e aspirações, o MFI – Movimento Figueiró Independente, analisará e votará sempre em conformidade com os princípios e preocupações evidenciadas e enunciadas, concordando e dando o seu assentimento neste órgão Executivo às onze propostas hoje aqui trazidas, votando em consequência favoravelmente todas as mesmas. \_\_\_\_\_

Figueiró dos Vinhos 18 de Janeiro de 2019. \_\_\_\_\_

O Vereador do MFI

Carlos Lopes”

**O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva**, em relação a este ponto, apresentou um documento que leu e se transcreve na íntegra: \_\_\_\_\_

**“Transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das vias de comunicação**

Vem a esta reunião extraordinária da câmara municipal a proposta de transferência de competências para os

**- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 02/2019)**

órgãos municipais no domínio das vias de comunicação. Assim e sem mais. \_\_\_\_\_

O PSD tem vindo, nas reuniões de câmara, a chamar a atenção para esta questão. Fê-lo nas reuniões de câmara de 11 de julho de 2018, 12 de setembro de 2018 e 9 de janeiro de 2019. Em todas elas sempre deixámos o repto para a realização de uma discussão alargada, participada e transparente que a todos envolvesse. A maioria do executivo assim não entendeu. \_\_\_\_\_

Frisámos até a necessidade da criação de uma Comissão Prévia de Avaliação e Validação, individualizada e concreta, antes da operacionalização da transferência de competências tal como defende a Associação Nacional dos Municípios Portugueses. Uma Comissão que tivesse como funções a análise dos dados e elementos, nomeadamente relativos às instalações, equipamentos, recursos humanos e recursos financeiros de forma a assegurar uma transferência de competências sólida e rigorosa e a garantir que os objetivos de interesse nacional são alcançados, ao mesmo tempo que os interesses do Município de Figueiró dos Vinhos são respeitados. Também esta nossa proposta não foi acolhida. \_\_\_\_\_

É depois disto que aqui chegámos. Sem conhecer o envelope financeiro associados ao nosso Município com a referenciação das verbas por área de competências a transferir e sem o cumprimento de algumas garantias por parte do Governo. \_\_\_\_\_

É, pois, com estas limitações que nos é pedido que deliberemos acerca da aceitação ou não destas competências. \_\_\_\_\_

A crer no argumento expresso na proposta da inexistência de objeto enquadrável em procedimento de transferência de competências somos de opinião da **não aceitação** da transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das vias de comunicação. \_\_\_\_\_

Figueiró dos Vinhos, 18 de janeiro de 2019

O Vereador

Luís Filipe Silva”

Depois destas considerações, **a Câmara Municipal** deliberou por unanimidade proceder em conformidade com a mesma, aprovando a proposta de não aceitação da transferência de competências por falta de objeto para os órgãos municipais no domínio das vias de comunicação para o ano de 2019. \_\_\_\_\_

Mais deliberou submeter, esta proposta para aprovação ao Sr.. Presidente da Assembleia Municipal, em cumprimento e para os efeitos da alínea *ccc*) do n.º 1, do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que caso a presente proposta resulte no mesmo sentido de não aceitação da transferência de competências por parte do órgão deliberativo, que seja promovida a comunicação da decisão à Direção Geral das Autarquias Locais

**- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 02/2019)**

até dia 1 de fevereiro de 2019, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 14.º do decreto-lei n.º 100/2018 de 28 de novembro de 2018. \_\_\_\_\_

Por último deliberou aprovar em minuta a parte respeitante a esta deliberação para imediata produção de efeitos, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. \_\_\_\_\_

**5. TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS E DAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA JUSTIÇA - DECRETO-LEI N.º 101/2018 DE 29 DE**

**NOVEMBRO DE 2018:** Sobre o assunto foi presente a seguinte Proposta de Deliberação n.º 08/2019 emitida pelo Sr. Presidente Jorge Abreu: \_\_\_\_\_

**Proposta de Deliberação n.º 08/2019:**

“Considerando a lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, aprovada pela lei n.º 50/2018 de 16 de agosto, concretiza a transferência de novas competências, a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação dos recursos, através de diplomas legais de âmbito setorial relativos às diversas áreas a descentralizar da administração direta e indireta do Estado, os quais estabelecem disposições transitórias adequadas à gestão do procedimento de transferência em causa. \_\_\_\_\_

No âmbito da lei-quadro aprovada, foi publicado através do decreto-lei n.º 101/2018 de 29 de novembro de 2018, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da justiça. \_\_\_\_\_

Dispõe o decreto-lei n.º 101/2018 de 29 de novembro de 2018, em matéria de transferência de competências o seguinte: \_\_\_\_\_

*“Artigo 2.º*

*Transferência de competências*

*Os órgãos municipais e das entidades intermunicipais têm competência nos seguintes domínios:*

- a) Reinserção social de jovens e adultos;*
- b) Prevenção e combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica;*
- c) Rede dos julgados de paz;*
- d) Apoio às vítimas de crimes.*

*Artigo 3.º*

*Exercício de competências*

*1 - As competências municipais previstas no presente decreto-lei são exercidas pela câmara municipal, sem prejuízo da competência da assembleia municipal nos casos sujeitos à apreciação do órgão deliberativo.*

*2 - As competências intermunicipais previstas no presente decreto-lei são exercidas pelo conselho intermunicipal e, nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, até à criação das entidades previstas no artigo 42.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, pela comissão executiva metropolitana, sem prejuízo da competência do conselho metropolitano.*

**- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 02/2019)**

*3 - O conselho intermunicipal e a comissão executiva metropolitana podem delegar, com faculdade de subdelegação, o exercício das competências, no secretariado executivo e num seu membro, respetivamente.*

*Artigo 9.º*

*Acordo prévio dos municípios*

*1 - A transferência das competências para as entidades intermunicipais depende de acordo prévio de todos os municípios que as integram.*

*2 - O acordo referido no número anterior é da competência da assembleia municipal de cada um dos municípios que integram a entidade intermunicipal, devendo ser publicado no sítio na Internet de cada município e remetido à respetiva entidade intermunicipal.*

*3 - No caso de se verificar o acordo de todos os municípios quanto ao exercício das competências pela entidade intermunicipal que integram, deve a mesma proceder à sua publicação no respetivo sítio na Internet.”*

Analisado o conteúdo das competências a transferir, cumpre referir que o Município de Figueiró dos Vinhos tem vindo a desenvolver uma forte política local na área da Justiça em estreita parceria com os demais agentes da Justiça, tendo mesmo avançado com a constituição de um Julgado de Paz, com a finalidade de regular a instalação, organização e funcionamento do Julgado de Paz do já criado Julgado de Paz do Agrupamento de Alvaiázere, Ansião, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande e Penela, de acordo com Decreto-Lei n.º 289/2009, de 8 de Outubro. Procedeu-se nesse âmbito à criação de instalações próprias sedeadas no Tribunal de Figueiró dos Vinhos de forma a centralizar todas as formas de resolução de litígios na mesma localização. Foi o espaço objeto de obras de adaptação e beneficiação, adquirido todo o mobiliário indicado como necessário pelo Ministério da Justiça, bem como as infraestruturas de comunicação e tecnologia (linhas dedicadas) para o seu regular funcionamento, não tendo, no entanto sido proferido o necessário despacho para instalação do Julgado de Paz do Agrupamento acima mencionado. Perante tal, e mais concretamente desde 2013, várias foram as diligências tomadas para que a sua instalação viesse a ser uma realidade no concelho de Figueiró dos Vinhos. Durante o ano de 2018, considerando o início de mais um mandato autárquico, retomou-se o processo de articulação de esforços no sentido de viabilizar um projeto tão oneroso mas altamente gratificante para as populações dos municípios envolvidos e muito em especial uma mais-valia para o Município de Figueiró dos Vinhos, proporcionando a todos uma justiça de proximidade e um meio alternativo de resolução de conflitos. Neste seguimento vislumbrou-se um avanço significativo nesta matéria, em resultado do grande envolvimento e total disponibilidade dos serviços competentes, nomeadamente da Direção-Geral da Política de Justiça e, evidentemente, do Ministério da Justiça, tendo sido apresentados ao Município de Figueiró dos Vinhos, a Proposta de Protocolo a celebrar entre esta Autarquia e o Ministério da Justiça, bem como o texto do Anteprojeto de Portaria que procede à instalação do Julgado de Paz do Agrupamento de Alvaiázere, Ansião, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande e Penela, bem como o texto do regulamento interno, aprovado pela mencionada Portaria, definindo a sua composição, organização e regras de funcionamento, tendo na elaboração em ambos os documentos existido o envolvimento do Município de Figueiró dos Vinhos em concordância com as entidades competentes. \_\_\_\_\_

Pelo exposto, parece-nos ser de interesse para o Município assim como para a entidade intermunicipal, a

**- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 02/2019)**

aceitação da transferência das competências previstas no presente diploma, uma vez que se trata de matérias que de forma geral, têm merecido ao longo dos anos interesse e motivo de preocupação e atenção por parte dos demais agentes locais. \_\_\_\_\_

Por último, a decisão a tomar pelos órgãos municipais no que concerne à eventual decisão de não-aceitação, por agora, das competências ora propostas, prevê o n.º 3 do artigo 4.º da lei-quadro, que as mesmas se converterão em definitivas em janeiro de 2021. \_\_\_\_\_

**Nestes termos,** \_\_\_\_\_

**PROPONHO:**

1. Que a Câmara Municipal delibere pela proposta de aceitação de transferência de competências no domínio da justiça para os órgãos municipais; \_\_\_\_\_
2. Que a Câmara Municipal delibere pela proposta de aceitação de transferência de competências no domínio da justiça para os órgãos da entidade intermunicipal; \_\_\_\_\_
3. Que, após aprovação pela Câmara Municipal, as presentes propostas sejam remetidas ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em cumprimento e para os efeitos da alínea *ccc*) do n.º 1, do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; \_\_\_\_\_
4. Caso a proposta presente no ponto 1 resulte na não pretensão de aceitação da transferência de competências por parte do órgão deliberativo, que seja promovida a comunicação da decisão à Direção Geral das Autarquias Locais até dia 2 de fevereiro de 2019, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 10.º do decreto-lei n.º 101/2018 de 29 de novembro de 2018; \_\_\_\_\_
5. Quanto à proposta constante no ponto 2, após decisão da Assembleia Municipal e em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 9.º do decreto-lei n.º 101/2018 de 29 de novembro de 2018, seja promovida de imediato comunicação da decisão à Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, permitindo assim que esta se pronuncie, no prazo estabelecido no n.º 2 do artigo 10.º do mesmo diploma; \_\_\_\_\_
6. Que seja aprovada em minuta a parte respeitante a esta deliberação para imediata produção de efeitos, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro”. \_\_\_\_\_

**O Sr. Vereador Dr. Carlos Lopes,** referiu que a sua posição é única, para todos os pontos agendados e que vão ser discutidos e analisados, lendo a sua Declaração de Voto que se transcreve na íntegra: \_\_\_\_\_



**- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 02/2019)****“Declaração de Voto - Lei nº. 50/2018, de 16 de agosto - Lei-Quadro da Transferência de Competências para as Autarquias Locais**

A Assembleia da República aprovou recentemente a Lei nº. 50/2018, de 16 de Agosto, que estabelece o Quadro de transferência de competências para as Autarquias Locais, concretizando os princípios de subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do Poder Local. \_\_\_\_\_

Neste contexto, analisando os conceitos, entende-se que devemos falar em descentralização quando o Estado comete a Pessoas Coletivas de Direito Público, como as Autarquias Locais, o exercício de uma atribuição ou de um feixe de atribuições que lhe caberiam. \_\_\_\_\_

A intenção da devolução de poderes corporiza-se nas Autarquias locais, que são Pessoas Coletivas de população e Território, com fins múltiplos, isto é, Pessoas Coletivas que têm um substrato Pessoal constituído pela comunidade de pessoas que habitam certa circunscrição do Estado. \_\_\_\_\_

Já o conceito de autonomia está intimamente relacionado com a ideia de auto governo, ou seja, com a faculdade que as organizações têm de se orientarem por regras próprias, pressupondo liberdade e capacidade de desenvolvimento. \_\_\_\_\_

No caso em apreço, estamos perante um Quadro de Transferência de competências de mera execução física e financeira, mantendo o Poder de decisão, em última instância no Governo e na administração central prevendo-se formas de tutela efetiva com a corrosão e progressiva destruição dos princípios enunciados da descentralização administrativa e da autonomia do Poder Local. \_\_\_\_\_

Nesta linha o Processo de transferência de competências em curso, longe de satisfazer os objetivos constitucionalmente consagrados para a Desconcentração de competências para a execução de atos materiais com autonomia administrativa e financeira, embora, como se afirma, não possa haver aumento da despesa pública. \_\_\_\_\_

Nesta sequência, fica o nosso desejo e esperança de que o Processo em desenvolvimento não consista, como outros processos mostraram no passado, redução do investimento público, diminuição da presença do Estado e alijamento do ónus de insatisfação e incumprimento para o Poder Local. \_\_\_\_\_

Sendo certo que algumas das competências previstas na presente Lei já são tarefas exercidas pela nossa Autarquia, importará que à semelhança dos Municípios de baixa densidade possa vir a exercer na plenitude todas as competências contempladas na Lei-quadro, evitando por essa via o acentuar das assimetrias já existentes. \_\_\_\_\_

Em face desta reflexão e pugnando por uma efetiva descentralização de competências, condição indispensável para o desenvolvimento local e regional capaz de assegurar o reforço da coesão territorial e da solidariedade inter-regional, promovendo a eficiência e eficácia da gestão pública, garantindo e aprofundando os interesses

**- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 02/2019)**

das Populações, a satisfação dos seus legítimos direitos e aspirações, o MFI – Movimento Figueiró Independente, analisará e votará sempre em conformidade com os princípios e preocupações evidenciadas e enunciadas, concordando e dando o seu assentimento neste órgão Executivo às onze propostas hoje aqui trazidas, votando em consequência favoravelmente todas as mesmas. \_\_\_\_\_

Figueiró dos Vinhos 18 de Janeiro de 2019. \_\_\_\_\_

O Vereador do MFI

Carlos Lopes”

**O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva**, em relação a este ponto, apresentou um documento que leu e se transcreve na íntegra: \_\_\_\_\_

**“Transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da justiça**

Vem a esta reunião extraordinária da câmara municipal a proposta de transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da justiça. Assim e sem mais. \_\_\_\_\_

O PSD tem vindo, nas reuniões de câmara, a chamar a atenção para esta questão. Fê-lo nas reuniões de câmara de 11 de julho de 2018, 12 de setembro de 2018 e 9 de janeiro de 2019. Em todas elas sempre deixámos o repto para a realização de uma discussão alargada, participada e transparente que a todos envolvesse. A maioria do executivo assim não entendeu. \_\_\_\_\_

Frisámos até a necessidade da criação de uma Comissão Prévia de Avaliação e Validação, individualizada e concreta, antes da operacionalização da transferência de competências tal como defende a Associação Nacional dos Municípios Portugueses. Uma Comissão que tivesse como funções a análise dos dados e elementos, nomeadamente relativos às instalações, equipamentos, recursos humanos e recursos financeiros de forma a assegurar uma transferência de competências sólida e rigorosa e a garantir que os objetivos de interesse nacional são alcançados, ao mesmo tempo que os interesses do Município de Figueiró dos Vinhos são respeitados. Também esta nossa proposta não foi acolhida. \_\_\_\_\_

É depois disto que aqui chegámos. Sem conhecer o envelope financeiro associados ao nosso Município com a referenciação das verbas por área de competências a transferir e sem o cumprimento de algumas garantias por parte do Governo. \_\_\_\_\_

É, pois, com estas limitações que nos é pedido que deliberemos aprovar a proposta de aceitação de

**- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 02/2019)**

transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da justiça., argumentando, nomeadamente com o Julgado de Paz já criado em 2009, por decreto-lei, num mandato PSD na autarquia a 8 de outubro de 2009. \_\_\_\_\_

Somos naturalmente a favor da sua abertura. Temo-lo dito por diversas ocasiões e reafirmamo-lo, na base deste diploma de transferência de competências, na reunião de câmara de 9 de janeiro de 2019.

Entendemos, também, que a sua abertura deve obedecer ao Protocolo já firmado entre o Município de Figueiró dos Vinhos e o Ministério da Justiça a 23 de julho de 2009, sem que daí surjam mais encargos para o Município que não, os aí consagrados.

Assim o PSD vota **favoravelmente** a proposta de deliberação nº 8 de 2019 - transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da justiça com a esperança de o Julgado de Paz possa ser uma realidade no nosso concelho. \_\_\_\_\_

Figueiró dos Vinhos, 18 de janeiro de 2019

O Vereador

Luís Filipe Silva”

Depois destas considerações, **a Câmara Municipal** deliberou por unanimidade proceder em conformidade com a mesma, aprovando a proposta de aceitação de transferência de competências no domínio da justiça para os órgãos municipais, bem como a aprovação da proposta de aceitação de transferência de competências no domínio da justiça para os órgãos da entidade intermunicipal. \_\_\_\_\_

Mais deliberou submeter, estas propostas para aprovação ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, em cumprimento e para os efeitos da alínea *ccc*) do n.º 1, do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que caso a proposta presente no ponto 1 resulte na não pretensão de aceitação da transferência de competências por parte do órgão deliberativo, que seja promovida a comunicação da decisão à Direção Geral das Autarquias Locais até dia 2 de fevereiro de 2019, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 10.º do decreto-lei n.º 101/2018 de 29 de novembro de 2018. \_\_\_\_\_

Quanto à proposta constante no ponto 2, após decisão da Assembleia Municipal e em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 9.º do decreto-lei n.º 101/2018 de 29 de novembro de 2018, seja promovida de imediato comunicação da decisão à Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, permitindo assim que esta se pronuncie, no prazo estabelecido no n.º 2 do artigo 10.º do mesmo diploma; \_\_\_\_\_

Por último deliberou aprovar em minuta a parte respeitante a esta deliberação para imediata produção de efeitos, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. \_\_\_\_\_

- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 02/2019)

**6. TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS DAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO DOS PROJETOS FINANCIADOS POR FUNDOS EUROPEUS E PROGRAMAS DE CAPTAÇÃO DE INVESTIMENTO - DECRETO-LEI N.º 102/2018 DE 29 DE**

**NOVEMBRO DE 2018:** Sobre o assunto foi presente a seguinte Proposta de Deliberação n.º 09/2019 emitida pelo Sr. Presidente Jorge Abreu: \_\_\_\_\_

**Proposta de Deliberação n.º 09/2019:**

Considerando a lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, aprovada pela lei n.º 50/2018 de 16 de agosto, concretiza a transferência de novas competências, a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação dos recursos, através de diplomas legais de âmbito setorial relativos às diversas áreas a descentralizar da administração direta e indireta do Estado, os quais estabelecem disposições transitórias adequadas à gestão do procedimento de transferência em causa. \_\_\_\_\_

No âmbito da lei-quadro aprovada, foi publicado através do decreto-lei n.º 102/2018 de 29 de novembro de 2018, que concretiza a transferência de competências para as entidades intermunicipais no domínio dos projetos financiados por fundos europeus e programas de captação de investimento. \_\_\_\_\_

Dispõe o decreto-lei n.º 102/2018 de 29 de novembro de 2018, em matéria de transferência de competências o seguinte: \_\_\_\_\_

*“Artigo 2.º*

*Transferência de competências*

*1 - É da competência dos órgãos das entidades intermunicipais:*

- a) Elaborar, em articulação com as opções de desenvolvimento a nível regional, a estratégia global das respetivas sub-regiões, incluindo o diagnóstico e identificação das necessidades e oportunidades dos territórios;*
- b) Elaborar o programa de ação, incluindo o planeamento indicativo dos investimentos a realizar, para a prossecução da estratégia referida na alínea anterior;*
- c) Definir, implementar e monitorizar programas de captação de investimento produtivo empresarial de dimensão sub-regional, articulados com a estratégia referida na alínea a), incluindo a participação nos processos de apoios, no que se refere à vertente sub-regional, na análise de candidaturas, na aplicação de critérios de seleção e na elaboração de proposta de seleção das candidaturas a financiar;*
- d) Dinamizar e promover, a nível nacional e internacional, o potencial económico das respetivas sub-regiões, designadamente realizando e participando em eventos, bem como gerindo postos e portais de informação neste âmbito;*
- e) Apresentar candidaturas no âmbito de programas de financiamento europeu com vista à implementação de projetos a nível sub-regional, designadamente de natureza económica, social e cultural;*
- f) Gerir e implementar projetos financiados com fundos europeus.*

*2 - Sem prejuízo das competências próprias da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E., do Turismo de Portugal, I. P., e do IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I. P., e em articulação com estes organismos, as entidades intermunicipais podem, no âmbito das competências referidas no número anterior:*

- a) Gerir, negociar e participar no desenvolvimento de apoios ao investimento sub-regional;*
- b) Gerir e negociar programas de promoção da imagem da região no exterior;*
- c) Promover a capacitação, o empreendedorismo, o desenvolvimento e competitividade empresarial e a dinamização de redes, nomeadamente pela participação em iniciativas ou redes europeias e internacionais de promoção da inovação e da cooperação empresarial.*

**- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 02/2019)**

3 - Os poderes referidos nos números anteriores podem ser exercidos:

a) Por estruturas responsáveis pela gestão de programas ou operações integradas de desenvolvimento que abranjam a totalidade ou parcelas dos territórios cobertos pelas entidades intermunicipais, com base em delegação de competências destas últimas entidades naquelas estruturas de gestão;

b) Em cooperação com outros organismos públicos, bem como com estruturas associativas representativas de agentes económicos.”

**Artigo 4.º**

**Acordo prévio dos municípios**

1 - O exercício das competências referidas no artigo anterior pelas entidades intermunicipais depende de prévio acordo de todos os municípios que as integram.

2 - O acordo referido no número anterior é da competência do órgão deliberativo de cada um dos municípios que integram a entidade intermunicipal, devendo ser publicado no sítio na Internet de cada município e remetido à respetiva entidade intermunicipal.

3 - No caso de se verificar o acordo de todos os municípios quanto ao exercício das competências pela entidade intermunicipal que integram, deve a mesma publicá-lo no respetivo sítio na Internet.”

Analisado o conteúdo das competências a transferir, cumpre referir que nos últimos anos até por imposição legal decorrente do acordo de parceria do Portugal 2020, uma parte substancial dos programas e dos respetivos montantes financeiros já é gerida ao nível intermunicipal, procurando-se promover a coesão territorial entre os diferentes municípios. No caso do Município de Figueiró dos Vinhos, que integra a CIMRL, o atual quadro comunitário está em parte a ser desenvolvido no âmbito do respetivo Pacto para a Coesão e Desenvolvimento Territorial da Região de Leiria assinado em 31 de agosto de 2015, fazendo assim sentido aceitar o acordo de transferência das competências para a entidade intermunicipal, tanto mais que atualmente já estão em execução diversos projetos/intervenções intermunicipais. \_\_\_\_\_

**Nestes termos,** \_\_\_\_\_

**PROPONHO:**

1. Que, a Câmara Municipal delibere pela proposta de aceitação de acordo da transferência de competências para a entidade intermunicipal no domínio dos projetos financiados por fundos europeus e programas de captação de investimento; \_\_\_\_\_

2. Que, após aprovação pela Câmara Municipal, esta proposta seja remetida ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em cumprimento e para os efeitos previstos na alínea ccc) do n.º 1, do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; \_\_\_\_\_

3. Que, após decisão pela Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 4.º do decreto-lei n.º 102/2018 de 29 de novembro de 2018, seja promovida de imediato comunicação da decisão à Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, permitindo assim que esta se pronuncie, observados os prazos do n.º 2 do artigo 7.º do mesmo diploma; \_\_\_\_\_

4. Que seja aprovada em minuta a parte respeitante a esta deliberação para imediata produção de efeitos, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro”. \_\_\_\_\_

**- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 02/2019)**

**O Sr. Vereador Dr. Carlos Lopes**, referiu que a sua posição é única, para todos os pontos agendados e que vão ser discutidos e analisados, lendo a sua Declaração de Voto que se transcreve na íntegra: \_\_\_\_\_

**“Declaração de Voto - Lei n.º. 50/2018, de 16 de agosto - Lei-Quadro da Transferência de Competências para as Autarquias Locais**

A Assembleia da República aprovou recentemente a Lei n.º. 50/2018, de 16 de Agosto, que estabelece o Quadro de transferência de competências para as Autarquias Locais, concretizando os princípios de subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do Poder Local. \_\_\_\_\_

Neste contexto, analisando os conceitos, entende-se que devemos falar em descentralização quando o Estado comete a Pessoas Coletivas de Direito Público, como as Autarquias Locais, o exercício de uma atribuição ou de um feixe de atribuições que lhe caberiam. \_\_\_\_\_

A intenção da devolução de poderes corporiza-se nas Autarquias locais, que são Pessoas Coletivas de população e Território, com fins múltiplos, isto é, Pessoas Coletivas que têm um substrato Pessoal constituído pela comunidade de pessoas que habitam certa circunscrição do Estado. \_\_\_\_\_

Já o conceito de autonomia está intimamente relacionado com a ideia de auto governo, ou seja, com a faculdade que as organizações têm de se orientarem por regras próprias, pressupondo liberdade e capacidade de desenvolvimento. \_\_\_\_\_

No caso em apreço, estamos perante um Quadro de Transferência de competências de mera execução física e financeira, mantendo o Poder de decisão, em última instância no Governo e na administração central prevendo-se formas de tutela efetiva com a corrosão e progressiva destruição dos princípios enunciados da descentralização administrativa e da autonomia do Poder Local. \_\_\_\_\_

Nesta linha o Processo de transferência de competências em curso, longe de satisfazer os objetivos constitucionalmente consagrados para a Desconcentração de competências para a execução de atos materiais com autonomia administrativa e financeira, embora, como se afirma, não possa haver aumento da despesa pública. \_\_\_\_\_

Nesta sequência, fica o nosso desejo e esperança de que o Processo em desenvolvimento não consista, como outros processos mostraram no passado, redução do investimento público, diminuição da presença do Estado e alijamento do ónus de insatisfação e incumprimento para o Poder Local. \_\_\_\_\_

Sendo certo que algumas das competências previstas na presente Lei já são tarefas exercidas pela nossa Autarquia, importará que à semelhança dos Municípios de baixa densidade possa vir a exercer na plenitude todas as competências contempladas na Lei-quadro, evitando por essa via o acentuar das assimetrias já

**- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 02/2019)**

existentes. \_\_\_\_\_

Em face desta reflexão e pugnando por uma efetiva descentralização de competências, condição indispensável para o desenvolvimento local e regional capaz de assegurar o reforço da coesão territorial e da solidariedade inter-regional, promovendo a eficiência e eficácia da gestão pública, garantindo e aprofundando os interesses das Populações, a satisfação dos seus legítimos direitos e aspirações, o MFI – Movimento Figueiró Independente, analisará e votará sempre em conformidade com os princípios e preocupações evidenciadas e enunciadas, concordando e dando o seu assentimento neste órgão Executivo às onze propostas hoje aqui trazidas, votando em consequência favoravelmente todas as mesmas. \_\_\_\_\_

Figueiró dos Vinhos 18 de Janeiro de 2019. \_\_\_\_\_

O Vereador do MFI

Carlos Lopes”

**O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva**, em relação a este ponto, apresentou um documento que leu e se transcreve na íntegra: \_\_\_\_\_

**“Transferência de competências para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio dos projetos financiados por fundos europeus e programas de captação de investimento**

Vem a esta reunião extraordinária da câmara municipal a proposta de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio dos projetos financiados por fundos europeus e programas de captação de investimento. Assim e sem mais. \_\_\_\_\_

O PSD tem vindo, nas reuniões de câmara, a chamar a atenção para esta questão. Fê-lo nas reuniões de câmara de 11 de julho de 2018, 12 de setembro de 2018 e 9 de janeiro de 2019. Em todas elas sempre deixámos o repto para a realização de uma discussão alargada, participada e transparente que a todos envolvesse. A maioria do executivo assim não entendeu. \_\_\_\_\_

Frisámos até a necessidade da criação de uma Comissão Prévia de Avaliação e Validação, individualizada e concreta, antes da operacionalização da transferência de competências tal como defende a Associação Nacional dos Municípios Portugueses. Uma Comissão que tivesse como funções a análise dos dados e elementos, nomeadamente relativos às instalações, equipamentos, recursos humanos e recursos financeiros de forma a assegurar uma transferência de competências sólida e rigorosa e a garantir que os objetivos de interesse nacional são alcançados, ao mesmo tempo que os interesses do Município de Figueiró dos Vinhos são respeitados. Também esta nossa proposta não foi acolhida. \_\_\_\_\_

A sustentabilidade financeira concreta da transferência de atribuições da Administração Central, o eventual

**- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 02/2019)**

agravamento das desigualdades entre autarquias locais, o afastamento do Estado em áreas em que é essencial, ou o risco das transferências serem encaradas como um mero afastar de responsabilidades do Estado, são algumas reservas que mereceriam uma resposta estudada, avaliada e validada que não temos. \_\_\_\_\_

É, pois, com estas limitações que nos é pedido que deliberemos aprovar a proposta de aceitação de transferência de competências para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio dos projetos financiados por fundos europeus e programas de captação de investimento. \_\_\_\_\_

Apesar das reservas expressa o PSD vota pela **aceitação da transferência** destas competências para os órgãos das entidades intermunicipais. \_\_\_\_\_

Figueiró dos Vinhos, 18 de janeiro de 2019

O Vereador  
Luís Filipe Silva”

Depois destas considerações, **a Câmara Municipal** deliberou por unanimidade proceder em conformidade com a mesma, aprovando a proposta de aceitação de acordo da transferência de competências para a entidade intermunicipal no domínio dos projetos financiados por fundos europeus e programas de captação de investimento. \_\_\_\_\_

Mais deliberou submeter, esta proposta para aprovação ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, em cumprimento e para os efeitos previstos na alínea *ccc*) do n.º 1, do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que após decisão pela Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 4.º do decreto-lei n.º 102/2018 de 29 de novembro de 2018, seja promovida de imediato comunicação da decisão à Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, permitindo assim que esta se pronuncie, observados os prazos do n.º 2 do artigo 7.º do mesmo diploma; \_\_\_\_\_

Por último deliberou aprovar em minuta a parte respeitante a esta deliberação para imediata produção de efeitos, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. \_\_\_\_\_

**7.TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS E DAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO DO APOIO AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS - DECRETO-LEI N.º 103/2018 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2018:** Sobre o assunto foi presente a seguinte Proposta de Deliberação n.º 10/2019 emitida pelo Sr. Presidente Jorge Abreu: \_\_\_\_\_



**- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 02/2019)****Proposta de Deliberação n.º 10/2019:**

Considerando a lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, aprovada pela lei n.º 50/2018 de 16 de agosto, concretiza a transferência de novas competências, a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação dos recursos, através de diplomas legais de âmbito setorial relativos às diversas áreas a descentralizar da administração direta e indireta do Estado, os quais estabelecem disposições transitórias adequadas à gestão do procedimento de transferência em causa. \_\_\_\_\_

No âmbito da lei-quadro aprovada, foi publicado através do decreto-lei n.º 103/2018 de 29 de novembro de 2018, que concretiza transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio do apoio aos bombeiros voluntários. \_\_\_\_\_

Dispõe o decreto-lei n.º 103/2018 de 29 de novembro de 2018, em matéria de transferência de competências o seguinte: \_\_\_\_\_

*“Artigo 2.º*

*Transferência de competências*

- 1 - É da competência dos órgãos municipais apoiar as equipas de intervenção permanente das Associações de Bombeiros Voluntários.*  
*2 - É da competência dos órgãos das entidades intermunicipais participar na definição da rede dos quartéis de bombeiros voluntários e na elaboração de programas de apoio às corporações de bombeiros voluntários.*

*Artigo 3.º*

*Alteração ao Decreto-Lei n.º 247/2007, de 27 de junho*

*O artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 247/2007, de 27 de junho, na sua redação atual, passa a ter a seguinte redação:*

*«Artigo 17.º*

*[...]*

*1 - [...].*

*2 - [...].*

*3 - [...].*

*4 - [...].*

*5 - [...].*

*6 - Os municípios em cuja área territorial atuem as equipas de intervenção permanente podem apoiar o funcionamento das mesmas, designadamente participando nos custos com seguros de acidentes de trabalho dos elementos que integram as equipas de intervenção permanente e nos custos com a aquisição de equipamentos a elas afetos.*

*Artigo 5.º*

*Acordo prévio dos municípios*

*1 - A transferência das competências para as entidades intermunicipais depende de prévio acordo de todos os municípios que as integrem.*

*2 - O acordo referido no número anterior é da competência da assembleia municipal de cada um dos municípios que integram a entidade intermunicipal, devendo a decisão ser publicitada nas páginas eletrónicas de cada município e da entidade intermunicipal.”*

Analisado o conteúdo das competências a transferir, cumpre referir que o Município de Figueiró dos Vinhos tem na prática vindo a assumir o apoio às equipas de intervenção permanente da Associação dos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos, suportando, entre outros, custos associados às remunerações conforme protocolo celebrado com a Autoridade Nacional de Proteção Civil. \_\_\_\_\_

**- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 02/2019)**

Pelo exposto, considera-se assim no essencial tratar-se de matérias cujo domínio já é assegurado pelo Município e que agora se verificam convertidas em decreto-lei, circunstância que pese embora a atual ausência de informação quanto ao princípio inscrito na lei-quadro que pressupõe o propósito de assegurar a estabilidade de financiamento do exercício das atribuições cometidas, presume-se estarmos perante um quadro que por ventura determinará contrapartidas financeira compensatórias por parte do Estado, pelo que nos parece ser de interesse a aceitação da transferência de competências previstas no presente diploma, tanto para o Município assim como para a entidade intermunicipal, considerando-se as vantagens inerentes à proximidade dos órgãos de decisão. \_\_\_\_\_

Por último, a decisão a tomar pelos órgãos municipais no que concerne à eventual decisão de não-aceitação, por agora, as competências ora propostas, prevê o n.º 3 do artigo 4.º da lei-quadro, que as mesmas se converterão em definitivas em janeiro de 2021. \_\_\_\_\_

**Nestes termos,** \_\_\_\_\_

**PROPONHO:**

1. Que, a Câmara Municipal delibere pela proposta de aceitação de transferência de competências no domínio do apoio aos bombeiros voluntários para os órgãos municipais; \_\_\_\_\_
2. Que, a Câmara Municipal delibere pela proposta aceitação de transferência de competências no domínio do apoio aos bombeiros voluntários para os órgãos da entidade intermunicipal; \_\_\_\_\_
3. Que, após aprovação pela Câmara Municipal, as presentes propostas sejam remetidas ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em cumprimento e para efeitos do disposto na alínea ccc) do n.º 1, do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; \_\_\_\_\_
4. Caso a proposta presente no ponto 1 resulte na não pretensão de aceitação da transferência de competências por parte do órgão deliberativo, que seja promovida a comunicação da decisão à Direção Geral das Autarquias Locais até dia 2 de fevereiro de 2019, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 6.º do decreto-lei n.º 103/2018 de 29 de novembro de 2018; \_\_\_\_\_
5. Quanto à proposta constante no ponto 2, após decisão da Assembleia Municipal e em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 5.º do decreto-lei n.º 103/2018 de 29 de novembro de 2018, seja promovida de imediato comunicação da decisão à Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, permitindo assim que esta se pronuncie, no prazo estabelecido no n.º 2 do artigo 6.º do mesmo diploma; \_\_\_\_\_
6. Que seja aprovada em minuta a parte respeitante a esta deliberação para imediata produção de efeitos, de

**- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 02/2019)**

acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro” \_\_\_\_\_

**O Sr. Vereador Dr. Carlos Lopes**, referiu que a sua posição é única, para todos os pontos agendados e que vão ser discutidos e analisados, lendo a sua Declaração de Voto que se transcreve na íntegra: \_\_\_\_\_

**“Declaração de Voto - Lei n.º. 50/2018, de 16 de agosto - Lei-Quadro da Transferência de Competências para as Autarquias Locais**

A Assembleia da República aprovou recentemente a Lei n.º. 50/2018, de 16 de Agosto, que estabelece o Quadro de transferência de competências para as Autarquias Locais, concretizando os princípios de subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do Poder Local. \_\_\_\_\_

Neste contexto, analisando os conceitos, entende-se que devemos falar em descentralização quando o Estado comete a Pessoas Coletivas de Direito Público, como as Autarquias Locais, o exercício de uma atribuição ou de um feixe de atribuições que lhe caberiam. \_\_\_\_\_

A intenção da devolução de poderes corporiza-se nas Autarquias locais, que são Pessoas Coletivas de população e Território, com fins múltiplos, isto é, Pessoas Coletivas que têm um substrato Pessoal constituído pela comunidade de pessoas que habitam certa circunscrição do Estado. \_\_\_\_\_

Já o conceito de autonomia está intimamente relacionado com a ideia de auto governo, ou seja, com a faculdade que as organizações têm de se orientarem por regras próprias, pressupondo liberdade e capacidade de desenvolvimento. \_\_\_\_\_

No caso em apreço, estamos perante um Quadro de Transferência de competências de mera execução física e financeira, mantendo o Poder de decisão, em última instância no Governo e na administração central prevendo-se formas de tutela efetiva com a corrosão e progressiva destruição dos princípios enunciados da descentralização administrativa e da autonomia do Poder Local. \_\_\_\_\_

Nesta linha o Processo de transferência de competências em curso, longe de satisfazer os objetivos constitucionalmente consagrados para a Desconcentração de competências para a execução de atos materiais com autonomia administrativa e financeira, embora, como se afirma, não possa haver aumento da despesa pública. \_\_\_\_\_

Nesta sequência, fica o nosso desejo e esperança de que o Processo em desenvolvimento não consista, como outros processos mostraram no passado, redução do investimento público, diminuição da presença do Estado e alijamento do ónus de insatisfação e incumprimento para o Poder Local. \_\_\_\_\_

Sendo certo que algumas das competências previstas na presente Lei já são tarefas exercidas pela nossa Autarquia, importará que à semelhança dos Municípios de baixa densidade possa vir a exercer na plenitude

**- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 02/2019)**

todas as competências contempladas na Lei-quadro, evitando por essa via o acentuar das assimetrias já existentes. \_\_\_\_\_

Em face desta reflexão e pugnando por uma efetiva descentralização de competências, condição indispensável para o desenvolvimento local e regional capaz de assegurar o reforço da coesão territorial e da solidariedade inter-regional, promovendo a eficiência e eficácia da gestão pública, garantindo e aprofundando os interesses das Populações, a satisfação dos seus legítimos direitos e aspirações, o MFI – Movimento Figueiró Independente, analisará e votará sempre em conformidade com os princípios e preocupações evidenciadas e enunciadas, concordando e dando o seu assentimento neste órgão Executivo às onze propostas hoje aqui trazidas, votando em consequência favoravelmente todas as mesmas. \_\_\_\_\_

Figueiró dos Vinhos 18 de Janeiro de 2019. \_\_\_\_\_

O Vereador do MFI

Carlos Lopes”

**O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva**, em relação a este ponto, apresentou um documento que leu e se transcreve na íntegra: \_\_\_\_\_

**“Transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio do apoio aos bombeiros voluntários**

Vem a esta reunião extraordinária da câmara municipal a proposta transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio do apoio aos bombeiros voluntários. Assim e sem mais. \_\_\_\_\_

O PSD tem vindo, nas reuniões de câmara, a chamar a atenção para esta questão. Fê-lo nas reuniões de câmara de 11 de julho de 2018, 12 de setembro de 2018 e 9 de janeiro de 2019. Em todas elas sempre deixámos o repto para a realização de uma discussão alargada, participada e transparente que a todos envolvesse. A maioria do executivo assim não entendeu. \_\_\_\_\_

Frisámos até a necessidade da criação de uma Comissão Prévia de Avaliação e Validação, individualizada e concreta, antes da operacionalização da transferência de competências tal como defende a Associação Nacional dos Municípios Portugueses. Uma Comissão que tivesse como funções a análise dos dados e elementos, nomeadamente relativos às instalações, equipamentos, recursos humanos e recursos financeiros de forma a assegurar uma transferência de competências sólida e rigorosa e a garantir que os objetivos de interesse nacional são alcançados, ao mesmo tempo que os interesses do Município de Figueiró dos Vinhos são respeitados. Também esta nossa proposta não foi acolhida. \_\_\_\_\_

**- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 02/2019)**

É depois disto que aqui chegámos. Sem conhecer o envelope financeiro associados ao nosso Município com a referenciação das verbas por área de competências a transferir e sem o cumprimento de algumas garantias por parte do Governo. \_\_\_\_\_

É, pois, com estas limitações que nos é pedido que deliberemos aprovar a proposta de aceitação de transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio do apoio aos bombeiros voluntários. \_\_\_\_\_

Relativamente a esta matéria o PSD tem tido, desde sempre, uma enorme sensibilidade para com os Bombeiros, as suas necessidades e anseios. A título de exemplo lembramos que na reunião de câmara de 9 de maio de 2018 propusemos que fosse elaborado e criado o Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios e Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos. Quase um ano depois e nada foi feito. Uma coisa é o que a Câmara já faz na prática por sua própria iniciativa, e bem ao suportar 50% das EIP's. Outra bem diferente é ter de agora em diante a responsabilidade expressa de realizar essas competências consagradas em decreto-lei, tanto mais que desconhecemos o montante das verbas que serão disponibilizadas para suportar na íntegra as competências transferidas e delas fazer uma análise séria, rigorosa e ponderada.

Sempre dissemos que mais do que transferir ou aceitar competências é preciso saber qual é o envelope financeiro que as acompanha. Para nós é claro que qualquer nova transferência de atribuições e competências deve ser acompanhada da garantia comprovada da dotação do Município de Figueiró dos Vinhos com os meios indispensáveis ao seu pleno exercício, presente e futuro. \_\_\_\_\_

Os Bombeiros são homens e mulheres que expõem a própria vida para salvar vidas e bens, o que por si só, impõem uma valorização pública do seu empenhamento, constituindo uma das expressões mais elevadas da solidariedade humana. Neste sentido o voto do PSD à Proposta de Deliberação nº 10/2019 - Transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio do apoio aos bombeiros voluntários é de **voto favorável**. \_\_\_\_\_

Figueiró dos Vinhos, 18 de janeiro de 2019

O Vereador

Luís Filipe Silva"

Depois destas considerações, **a Câmara Municipal** deliberou por unanimidade proceder em conformidade com a mesma, aprovando a proposta de aceitação de transferência de competências no domínio do apoio aos bombeiros voluntários para os órgãos municipais, bem como a aprovação da proposta aceitação de transferência de competências no domínio do apoio aos bombeiros voluntários para os órgãos da entidade

**- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 02/2019)**

intermunicipal. \_\_\_\_\_

Mais deliberou submeter as presentes propostas para aprovação ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, em cumprimento e para efeitos do disposto na alínea *ccc*) do n.º 1, do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que caso a proposta presente no ponto 1 resulte na não pretensão de aceitação da transferência de competências por parte do órgão deliberativo, que seja promovida a comunicação da decisão à Direção Geral das Autarquias Locais até dia 2 de fevereiro de 2019, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 6.º do decreto-lei n.º 103/2018 de 29 de novembro de 2018. \_\_\_\_\_

Quanto à proposta constante no ponto 2, após decisão da Assembleia Municipal e em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 5.º do decreto-lei n.º 103/2018 de 29 de novembro de 2018, seja promovida de imediato comunicação da decisão à Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, permitindo assim que esta se pronuncie, no prazo estabelecido no n.º 2 do artigo 6.º do mesmo diploma. \_\_\_\_\_

Por último deliberou aprovar em minuta a parte respeitante a esta deliberação para imediata produção de efeitos, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro”. \_\_\_\_\_

**8.TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DAS ESTRUTURAS DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO - DECRETO-LEI N.º 104/2018 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2018:** Sobre o assunto foi presente a seguinte Proposta de Deliberação n.º 11/2019 emitida pelo Sr. Presidente Jorge Abreu: \_\_\_\_\_

**Proposta de Deliberação n.º 11/2019:**

“Considerando a lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, aprovada pela lei n.º 50/2018 de 16 de agosto, concretiza a transferência de novas competências, a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação dos recursos, através de diplomas legais de âmbito setorial relativos às diversas áreas a descentralizar da administração direta e indireta do Estado, os quais estabelecem disposições transitórias adequadas à gestão do procedimento de transferência em causa. \_\_\_\_\_

No âmbito da lei-quadro aprovada, foi publicado através do decreto-lei n.º 104/2018 de 29 de novembro de 2018, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das estruturas de atendimento ao cidadão. \_\_\_\_\_

**- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 02/2019)**

Dispõe o decreto-lei n.º 104/2018 de 29 de novembro de 2018, em matéria de transferência de competências o seguinte: \_\_\_\_\_

*“Artigo 1.º  
Objeto*

*1 - O presente decreto-lei concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais nos seguintes domínios, ao abrigo do artigo 22.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto:*

- a) Instalação e a gestão de Lojas de Cidadão e de Espaços Cidadão;*
- b) Instituição e gestão dos Gabinetes de Apoio aos Emigrantes;*
- c) Instituição e gestão dos Centros Locais de Apoio e Integração de Migrantes.*

*2 - O presente decreto-lei concretiza igualmente a transferência de competências para os órgãos das freguesias no domínio da instalação e da gestão de Espaços Cidadão, ao abrigo das alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 38.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.*

*3 - O presente decreto-lei procede, ainda, à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 74/2014, de 13 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 105/2017, de 29 de agosto.”*

Analísado o conteúdo das competências a transferir, cumpre referir que o Município de Figueiró dos Vinhos dispõe de um Espaço do Cidadão em funcionamento, desde junho de 2016, ao abrigo de protocolo celebrado com a Agência de Modernização Administrativa. \_\_\_\_\_

O Espaço do Cidadão de Figueiró dos Vinhos, integra-se numa ótica de partilha de recursos, destinada à prestação de diversos tipos de serviço de atendimento ao público, criando sinergias entre a Administração Central e Local no sentido da prossecução de políticas concertadas em prol do interesse público e dos residentes no concelho, apresentando indubitável interesse municipal pelos benefícios que traz aos Municípios em termos de desburocratização e poupança de tempo útil, constituindo por isso, uma forma de potenciar o desenvolvimento do concelho. \_\_\_\_\_

Deste modo, o Município de Figueiró dos Vinhos já garante aos seus munícipes o acesso a serviços públicos enquadrados num modelo integrado de prestação de serviços presenciais, bem como na prestação de atendimento digital assistido, proporcionando um atendimento mais comodo e de proximidade. \_\_\_\_\_

Quanto ao demais, tem o Município garantido todas as necessidades de manutenção, conservação e gestão do Espaço de Cidadão de Figueiró dos Vinhos, quer com meios físicos, quer com meios humanos, considerando-se assim no essencial tratar-se de matérias cujo domínio já é assegurado pelo Município e que agora se verificam convertidas em decreto-lei. \_\_\_\_\_

Por último, a decisão a tomar pelos órgãos municipais no que concerne à eventual decisão de não-aceitação, por agora, das competências ora propostas, prevê o n.º 3 do artigo 4.º da lei-quadro, que as mesmas se converterão em definitivas em janeiro de 2021. \_\_\_\_\_

Nestes termos, \_\_\_\_\_

**PROPONHO:**

**- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 02/2019)**

1. Que a Câmara Municipal delibere aceitar a proposta de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das estruturas de atendimento ao cidadão; \_\_\_\_\_
2. Que, após aprovação pela Câmara Municipal, esta proposta seja remetida ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em cumprimento e para efeitos do disposto na alínea ccc) do n.º 1, do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; \_\_\_\_\_
3. Caso a presente proposta resulte na não pretensão de aceitação da transferência de competências por parte do órgão deliberativo para o ano de 2019, que seja promovida a comunicação da decisão à Direção Geral das Autarquias Locais até dia 2 de fevereiro de 2019, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 21.º do decreto-lei n.º 104/2018 de 29 de novembro de 2018; \_\_\_\_\_
4. Que seja aprovada em minuta a parte respeitante a esta deliberação para imediata produção de efeitos, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro” \_\_\_\_\_

**O Sr. Vereador Dr. Carlos Lopes**, referiu que a sua posição é única, para todos os pontos agendados e que vão ser discutidos e analisados, lendo a sua Declaração de Voto que se transcreve na íntegra: \_\_\_\_\_

**“Declaração de Voto - Lei n.º. 50/2018, de 16 de agosto - Lei-Quadro da Transferência de Competências para as Autarquias Locais**

A Assembleia da República aprovou recentemente a Lei n.º. 50/2018, de 16 de Agosto, que estabelece o Quadro de transferência de competências para as Autarquias Locais, concretizando os princípios de subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do Poder Local. \_\_\_\_\_

Neste contexto, analisando os conceitos, entende-se que devemos falar em descentralização quando o Estado comete a Pessoas Coletivas de Direito Público, como as Autarquias Locais, o exercício de uma atribuição ou de um feixe de atribuições que lhe caberiam. \_\_\_\_\_

A intenção da devolução de poderes corporiza-se nas Autarquias locais, que são Pessoas Coletivas de população e Território, com fins múltiplos, isto é, Pessoas Coletivas que têm um substrato Pessoal constituído pela comunidade de pessoas que habitam certa circunscrição do Estado. \_\_\_\_\_

Já o conceito de autonomia está intimamente relacionado com a ideia de auto governo, ou seja, com a faculdade que as organizações têm de se orientarem por regras próprias, pressupondo liberdade e capacidade de desenvolvimento. \_\_\_\_\_

No caso em apreço, estamos perante um Quadro de Transferência de competências de mera execução física e



**- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 02/2019)**

financeira, mantendo o Poder de decisão, em última instância no Governo e na administração central prevendo-se formas de tutela efetiva com a corrosão e progressiva destruição dos princípios enunciados da descentralização administrativa e da autonomia do Poder Local. \_\_\_\_\_

Nesta linha o Processo de transferência de competências em curso, longe de satisfazer os objetivos constitucionalmente consagrados para a Desconcentração de competências para a execução de atos materiais com autonomia administrativa e financeira, embora, como se afirma, não possa haver aumento da despesa pública. \_\_\_\_\_

Nesta sequência, fica o nosso desejo e esperança de que o Processo em desenvolvimento não consista, como outros processos mostraram no passado, redução do investimento público, diminuição da presença do Estado e alijamento do ónus de insatisfação e incumprimento para o Poder Local. \_\_\_\_\_

Sendo certo que algumas das competências previstas na presente Lei já são tarefas exercidas pela nossa Autarquia, importará que à semelhança dos Municípios de baixa densidade possa vir a exercer na plenitude todas as competências contempladas na Lei-quadro, evitando por essa via o acentuar das assimetrias já existentes. \_\_\_\_\_

Em face desta reflexão e pugnando por uma efetiva descentralização de competências, condição indispensável para o desenvolvimento local e regional capaz de assegurar o reforço da coesão territorial e da solidariedade inter-regional, promovendo a eficiência e eficácia da gestão pública, garantindo e aprofundando os interesses das Populações, a satisfação dos seus legítimos direitos e aspirações, o MFI – Movimento Figueiró Independente, analisará e votará sempre em conformidade com os princípios e preocupações evidenciadas e enunciadas, concordando e dando o seu assentimento neste órgão Executivo às onze propostas hoje aqui trazidas, votando em consequência favoravelmente todas as mesmas. \_\_\_\_\_

Figueiró dos Vinhos 18 de Janeiro de 2019. \_\_\_\_\_

O Vereador do MFI

Carlos Lopes”

**O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva**, em relação a este ponto, apresentou um documento que leu e se transcreve na íntegra: \_\_\_\_\_

**“Transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das estruturas de atendimento ao cidadão**

**- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 02/2019)**

Vem a esta reunião extraordinária da câmara municipal a proposta de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das estruturas de atendimento ao cidadão. Assim e sem mais. \_\_\_\_\_

O PSD tem vindo, nas reuniões de câmara, a chamar a atenção para esta questão. Fê-lo nas reuniões de câmara de 11 de julho de 2018, 12 de setembro de 2018 e 9 de janeiro de 2019. Em todas elas sempre deixámos o repto para a realização de uma discussão alargada, participada e transparente que a todos envolvesse. A maioria do executivo assim não entendeu. \_\_\_\_\_

Frisámos até a necessidade da criação de uma Comissão Prévia de Avaliação e Validação, individualizada e concreta, antes da operacionalização da transferência de competências tal como defende a Associação Nacional dos Municípios Portugueses. Uma Comissão que tivesse como funções a análise dos dados e elementos, nomeadamente relativos às instalações, equipamentos, recursos humanos e recursos financeiros de forma a assegurar uma transferência de competências sólida e rigorosa e a garantir que os objetivos de interesse nacional são alcançados, ao mesmo tempo que os interesses do Município de Figueiró dos Vinhos são respeitados. Também esta nossa proposta não foi acolhida. \_\_\_\_\_

É depois disto que aqui chegámos. Sem conhecer o envelope financeiro associados ao nosso Município com a referenciação das verbas por área de competências a transferir e sem o cumprimento de algumas garantias por parte do Governo. \_\_\_\_\_

É, pois, com estas limitações que nos impedem de uma avaliação rigorosa, profunda e ponderada que nos é pedido que deliberemos aprovar a proposta de aceitação de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das estruturas de atendimento ao cidadão. \_\_\_\_\_

As Lojas e o Espaço do Cidadão foram uma das novidades do Programa Aproximar do Governo da Coligação PSD/CDS. Quarenta e dois municípios, entre os quais o de Figueiró dos Vinhos, assinaram, com o anterior governo, no dia 29 de abril de 2015, a criação de novas lojas e espaços do cidadão. \_\_\_\_\_

Apesar do que atrás dissemos não criamos nenhum obstáculo a que se possa fazer a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das estruturas de atendimento ao cidadão pelo que o nosso voto é de **aceitação** da proposta de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das estruturas de atendimento ao cidadão. \_\_\_\_\_

Figueiró dos Vinhos, 18 de janeiro de 2019

O Vereador  
Luís Filipe Silva”

Depois destas considerações, a **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade proceder em conformidade com a mesma, aprovando a proposta de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio

**- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 02/2019)**

das estruturas de atendimento ao cidadão. \_\_\_\_\_

Mais deliberou submeter esta proposta para aprovação ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, em cumprimento e para efeitos do disposto na alínea *ccc*) do n.º 1, do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que caso a presente proposta resulte na não pretensão de aceitação da transferência de competências por parte do órgão deliberativo para o ano de 2019, que seja promovida a comunicação da decisão à Direção Geral das Autarquias Locais até dia 2 de fevereiro de 2019, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 21.º do decreto-lei n.º 104/2018 de 29 de novembro de 2018. \_\_\_\_\_

Por último deliberou aprovar em minuta a parte respeitante a esta deliberação para imediata produção de efeitos, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. \_\_\_\_\_

**9. TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA HABITAÇÃO - DECRETO-LEI N.º 105/2018 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2018:** Sobre o assunto foi presente a seguinte Proposta de Deliberação n.º 12/2019 emitida pelo Sr. Presidente Jorge Abreu: \_\_\_\_\_

**Proposta de Deliberação n.º 12/2019:**

Considerando a lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, aprovada pela lei n.º 50/2018 de 16 de agosto, concretiza a transferência de novas competências, a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação dos recursos, através de diplomas legais de âmbito setorial relativos às diversas áreas a descentralizar da administração direta e indireta do Estado, os quais estabelecem disposições transitórias adequadas à gestão do procedimento de transferência em causa. \_\_\_\_\_

No âmbito da lei-quadro aprovada, foi publicado através do decreto-lei n.º 105/2018 de 29 de novembro de 2018, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da habitação.

Dispõe o decreto-lei n.º 105/2018 de 29 de novembro de 2018, em matéria de transferência de competências o seguinte: \_\_\_\_\_

*“Artigo 2.º*

*Transferência de competências*

*1 - É da competência dos órgãos municipais:*

- a) A gestão de programas de apoio ao arrendamento urbano e à reabilitação urbana;*
  - b) A gestão dos bens imóveis destinados a habitação social que integram o parque habitacional da administração direta e indireta do Estado, cuja propriedade é transferida para os municípios.*
- 2 - O presente decreto-lei não é aplicável às casas de função em utilização, nem ao património imobiliário previsto na alínea e) do artigo 92.º da Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro, na sua redação atual.*

*Artigo 3.º*

*Exercício das competências*

**- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 02/2019)**

1 - Todas as competências previstas no presente decreto-lei são exercidas pela câmara municipal, exceto a competência de aprovação da proposta de transferência do direito de propriedade e a gestão dos bens imóveis destinados a habitação social que integram o parque habitacional da administração direta e indireta do Estado, que pertence à assembleia municipal.

2 - O exercício das competências de gestão previstas no n.º 1 do artigo anterior pode ser delegada pela câmara municipal designadamente em empresa local, de natureza municipal ou intermunicipal, de capitais exclusivamente públicos.

**Artigo 4.º**

*Transferência da gestão de programas de apoio ao arrendamento urbano e à reabilitação urbana*

1 - É transferida para os órgãos municipais a competência para gerir a execução de programas, de âmbito nacional e regional, de apoio ao arrendamento urbano e à reabilitação urbana, que tenham por destinatários outras entidades públicas ou privadas.

2 - A competência prevista no número anterior pode incluir, em função da natureza de cada programa, os seguintes poderes:

- a) Receção, apreciação e seleção de candidaturas;
- b) Celebração dos contratos, quando não envolvam negócios jurídicos de mútuo ou outras formas de atribuição de crédito ou de prestação de garantias financeiras;
- c) Gestão dos recursos financeiros, incluindo recebimentos e pagamentos aos beneficiários ou a outras entidades;
- d) Acompanhamento da execução do contrato.

3 - Os diplomas legais de enquadramento de cada um dos programas abrangidos pelo n.º 1 estabelecem os termos em que a respetiva gestão é exercida pelos órgãos municipais, incluindo os recursos financeiros necessários a essa gestão, de acordo com o disposto nos números anteriores.

4 - Os diplomas legais referidos no número anterior são submetidos a parecer prévio da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

5 - O disposto no n.º 1 não obsta a que os municípios promovam programas de apoio ao arrendamento urbano e à reabilitação urbana em parceria com outras entidades.

**Artigo 5.º**

*Transferência da propriedade e gestão de imóveis de habitação social*

1 - É transferida para os municípios a propriedade dos bens imóveis destinados a habitação social que integram o parque habitacional da Administração direta e indireta do Estado.

2 - A transferência referida no número anterior depende de acordo expresso dos municípios e efetua-se nos termos previstos no capítulo II.

3 - Para efeitos do n.º 1, entende-se por bens imóveis destinados a habitação social os prédios urbanos, mistos ou frações autónomas, bem como os bairros ou conjuntos de edifícios por estes compostos, que estejam afetos ou a afetar a regimes de arrendamento apoiado, renda apoiada ou renda social, incluindo as respetivas partes comuns, os espaços verdes privativos, os edifícios ou frações destinados a uso não habitacional neles integrados e os equipamentos e as infraestruturas integrados nesses conjuntos.

4 - Sem prejuízo do disposto no número seguinte, estão excluídos do âmbito de aplicação do n.º 1 os seguintes imóveis:

- a) Os imóveis que integram o parque habitacional da Administração direta e indireta do Estado que estejam legalmente afetos à habitação social dos seus trabalhadores ou aposentados;
- b) Os imóveis que integram o parque habitacional da Administração direta e indireta do Estado cuja receita, nos termos do n.º 3 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 175/2012, de 2 de agosto, esteja sujeita ao regime especial de afetação previsto no Decreto-Lei n.º 117/89, de 14 de abril;
- c) Os imóveis que integram o parque habitacional da Administração direta e indireta do Estado cujo produto da sua venda esteja afeto ao reembolso dos títulos de participação previstos no n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 175/2012, de 2 de agosto.

5 - Os imóveis que integram o parque habitacional da administração direta e indireta do Estado que estejam onerados com hipoteca ou qualquer outro tipo de garantia associada a operação de financiamento e na qual esteja convencionado que o capital em dívida se vencerá antecipadamente logo que esses bens sejam alienados ou onerados estão também excluídos do âmbito de aplicação do n.º 1.

6 - Caso seja obtida a concordância do mutuante, a propriedade dos imóveis previstos no número anterior pode ser transferida para os municípios, mediante:

- a) O pagamento do capital em dívida e correspondentes encargos;
  - b) A assunção pelo município da posição contratual do mutuário no contrato de mútuo subjacente; ou
  - c) A assunção pelo município, sob pena de reversão, dos encargos financeiros vincendos correspondentes ao capital em dívida.
- 7 - Com exceção dos casos referidos nos n.os 4, 5 e 6, a transferência para cada município do direito de propriedade sobre os bens imóveis referidos no n.º 1 abrange todos os imóveis localizados no respetivo concelho.

8 - A transferência da propriedade é acompanhada da transferência da competência de gestão e abrange todas as situações jurídicas da entidade proprietária, de caráter real ou obrigacional, de direito público ou de direito privado, relativas aos imóveis transferidos.

9 - No âmbito da transferência prevista no presente artigo, mantêm-se, sob pena de reversão, todas as vinculações decorrentes dos regimes legais de habitação social aos quais se encontrem afetos os imóveis transferidos, bem como os respetivos regimes de renda e de alienação.

d) Defesa da propriedade e da posse, bem como as prerrogativas legais concedidas à entidade proprietária ou ao senhorio, no âmbito do regime legal aplicável ao empreendimento de habitação social em questão.”

**- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 02/2019)**

Analisado o conteúdo das competências a transferir, cumpre referir que o Município de Figueiró dos Vinhos concretizou, em auto de cessão datado de nove de agosto de dois mil e onze, a transferência de determinados imóveis para a sua posse e gestão, no âmbito do processo de transferência de património entre o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana – IHRU e o Município de Figueiró dos Vinhos, processo que decorreu observadas as disposições da lei n.º 159/99 de 14 de setembro e art.º 6.º da lei n.º 55-A/2010 de 31 dezembro que aprovou o orçamento de estado para 2011, dispondo atualmente de cinco frações autónomas em regime de arrendamento, três na tipologia T2 e duas na tipologia T3. \_\_\_\_\_

De acordo com a análise ao parque habitacional disponível no território do concelho de Figueiró dos Vinhos observados os termos do decreto-lei n.º 105/2018 de 29 de novembro de 2018, constata-se atualmente a inexistência de imóveis destinados a habitação social que integrem o parque habitacional da administração direta e indireta do estado. \_\_\_\_\_

Considerando o interesse desta temática e pese embora a inexistência de habitações disponíveis enquadráveis nesta medida, parece-nos benéfico a aceitação de transferência de competências nestas áreas de intervenção, tanto mais que daí decorrem matérias relativas quer à gestão de programas de apoio ao arrendamento urbano e à reabilitação urbana, circunstância que pese embora a atual ausência de informação quanto ao princípio inscrito na lei-quadro que pressupõe o propósito de assegurar a estabilidade de financiamento do exercício das atribuições cometidas, presume-se estarmos perante um quadro que por ventura determinará contrapartidas financeiras compensatórias por parte do Estado. \_\_\_\_\_

Por último, a decisão a tomar pelos órgãos municipais no que concerne à eventual decisão de não-aceitação, por agora, das competências ora propostas, prevê o n.º 3 do artigo 4.º da lei-quadro, que as mesmas se converterão em definitivas em janeiro de 2021. \_\_\_\_\_

**Nestes termos,** \_\_\_\_\_

**PROPONHO:**

1. Que a Câmara Municipal delibere aceitar a proposta de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da habitação; \_\_\_\_\_
2. Que, após aprovação pela Câmara Municipal, esta proposta seja remetida ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em cumprimento e para efeitos do disposto na alínea ccc) do n.º 1, do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; \_\_\_\_\_
3. Caso a presente proposta resulte na não pretensão de aceitação da transferência de competências por parte do órgão deliberativo para o ano de 2019, que seja promovida a comunicação da decisão à Direção Geral das

**- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 02/2019)**

Autarquias Locais até dia 2 de fevereiro de 2019, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 17.º do decreto-lei n.º 105/2018 de 29 de novembro de 2018; \_\_\_\_\_

4. Que seja aprovada em minuta a parte respeitante a esta deliberação para imediata produção de efeitos, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro” \_\_\_\_\_

**O Sr. Vereador Dr. Carlos Lopes**, referiu que a sua posição é única, para todos os pontos agendados e que vão ser discutidos e analisados, lendo a sua Declaração de Voto que se transcreve na íntegra: \_\_\_\_\_

**“Declaração de Voto - Lei nº. 50/2018, de 16 de agosto - Lei-Quadro da Transferência de Competências para as Autarquias Locais**

A Assembleia da República aprovou recentemente a Lei nº. 50/2018, de 16 de Agosto, que estabelece o Quadro de transferência de competências para as Autarquias Locais, concretizando os princípios de subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do Poder Local. \_\_\_\_\_

Neste contexto, analisando os conceitos, entende-se que devemos falar em descentralização quando o Estado comete a Pessoas Coletivas de Direito Público, como as Autarquias Locais, o exercício de uma atribuição ou de um feixe de atribuições que lhe caberiam. \_\_\_\_\_

A intenção da devolução de poderes corporiza-se nas Autarquias locais, que são Pessoas Coletivas de população e Território, com fins múltiplos, isto é, Pessoas Coletivas que têm um substrato Pessoal constituído pela comunidade de pessoas que habitam certa circunscrição do Estado. \_\_\_\_\_

Já o conceito de autonomia está intimamente relacionado com a ideia de auto governo, ou seja, com a faculdade que as organizações têm de se orientarem por regras próprias, pressupondo liberdade e capacidade de desenvolvimento. \_\_\_\_\_

No caso em apreço, estamos perante um Quadro de Transferência de competências de mera execução física e financeira, mantendo o Poder de decisão, em última instância no Governo e na administração central prevendo-se formas de tutela efetiva com a corrosão e progressiva destruição dos princípios enunciados da descentralização administrativa e da autonomia do Poder Local. \_\_\_\_\_

Nesta linha o Processo de transferência de competências em curso, longe de satisfazer os objetivos constitucionalmente consagrados para a Desconcentração de competências para a execução de atos materiais com autonomia administrativa e financeira, embora, como se afirma, não possa haver aumento da despesa pública. \_\_\_\_\_

Nesta sequência, fica o nosso desejo e esperança de que o Processo em desenvolvimento não consista, como

**- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 02/2019)**

outros processos mostraram no passado, redução do investimento público, diminuição da presença do Estado e alijamento do ónus de insatisfação e incumprimento para o Poder Local. \_\_\_\_\_

Sendo certo que algumas das competências previstas na presente Lei já são tarefas exercidas pela nossa Autarquia, importará que à semelhança dos Municípios de baixa densidade possa vir a exercer na plenitude todas as competências contempladas na Lei-quadro, evitando por essa via o acentuar das assimetrias já existentes. \_\_\_\_\_

Em face desta reflexão e pugnando por uma efetiva descentralização de competências, condição indispensável para o desenvolvimento local e regional capaz de assegurar o reforço da coesão territorial e da solidariedade inter-regional, promovendo a eficiência e eficácia da gestão pública, garantindo e aprofundando os interesses das Populações, a satisfação dos seus legítimos direitos e aspirações, o MFI – Movimento Figueiró Independente, analisará e votará sempre em conformidade com os princípios e preocupações evidenciadas e enunciadas, concordando e dando o seu assentimento neste órgão Executivo às onze propostas hoje aqui trazidas, votando em consequência favoravelmente todas as mesmas. \_\_\_\_\_

Figueiró dos Vinhos 18 de Janeiro de 2019. \_\_\_\_\_

O Vereador do MFI  
Carlos Lopes”

**O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva**, em relação a este ponto, apresentou um documento que leu e se transcreve na íntegra: \_\_\_\_\_

**“Transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da habitação**

Vem a esta reunião extraordinária da câmara municipal a proposta de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da habitação. Assim e sem mais. \_\_\_\_\_

O PSD tem vindo, nas reuniões de câmara, a chamar a atenção para esta questão. Fê-lo nas reuniões de câmara de 11 de julho de 2018, 12 de setembro de 2018 e 9 de janeiro de 2019. Em todas elas sempre deixámos o repto para a realização de uma discussão alargada, participada e transparente que a todos envolvesse. A maioria do executivo assim não entendeu. \_\_\_\_\_

Frisámos até a necessidade da criação de uma Comissão Prévia de Avaliação e Validação, individualizada e concreta, antes da operacionalização da transferência de competências tal como defende a Associação Nacional dos Municípios Portugueses. Uma Comissão que tivesse como funções a análise dos dados e

**- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 02/2019)**

elementos, nomeadamente relativos às instalações, equipamentos, recursos humanos e recursos financeiros de forma a assegurar uma transferência de competências sólida e rigorosa e a garantir que os objetivos de interesse nacional são alcançados, ao mesmo tempo que os interesses do Município de Figueiró dos Vinhos são respeitados. Também esta nossa proposta não foi acolhida. \_\_\_\_\_

É depois disto que aqui chegámos. Sem conhecer o envelope financeiro associados ao nosso Município com a referenciação das verbas por área de competências a transferir e sem o cumprimento de algumas garantias por parte do Governo. \_\_\_\_\_

É, pois, com estas limitações que nos é pedido que deliberemos aprovar a proposta de aceitação de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da habitação. \_\_\_\_\_

Sempre dissemos que mais do que transferir ou aceitar competências é preciso saber qual é o envelope financeiro que as acompanha. Para nós é claro que qualquer nova transferência de atribuições e competências deve ser acompanhada da garantia comprovada da dotação do Município de Figueiró dos Vinhos com os meios indispensáveis ao seu pleno exercício, presente e futuro. \_\_\_\_\_

Considerando a inexistência de habitações disponíveis enquadráveis nesta medida, não é para nós desprezível o interesse que pode vir a ter esta temática no futuro para Figueiró dos Vinhos. \_\_\_\_\_

Sem prejuízo do que atrás se disse e de se reconhecer que esta reforma poderá potenciar a descentralização administrativa e a autonomia do poder local, também nesta matéria, o PSD entende não estarem reunidas as condições para aceitar a transferência de competências no ano de 2019 pelo que o nosso voto é o de **abstenção**. \_\_\_\_\_

Figueiró dos Vinhos, 18 de janeiro de 2019

O Vereador  
Luís Filipe Silva”

Depois destas considerações **a Câmara Municipal** deliberou por maioria quatro votos a favor dos Srs. Vereadores do Partido Socialista, e do Sr. Vereador do Movimento Figueiro Independente, e uma abstenção do Sr. Vereador eleito pela Coligação do Partido Social Democrata/Partido Popular, proceder em conformidade com a mesma, aprovando a proposta de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da habitação. \_\_\_\_\_

Mais deliberou submeter, esta proposta ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, em cumprimento e para efeitos do disposto na alínea *ccc*) do n.º 1, do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que caso a presente proposta resulte na não pretensão de aceitação da transferência de competências por parte do órgão



**- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 02/2019)**

deliberativo para o ano de 2019, que seja promovida a comunicação da decisão à Direção Geral das Autarquias Locais até dia 2 de fevereiro de 2019, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 17.º do decreto-lei n.º 105/2018 de 29 de novembro de 2018. \_\_\_\_\_

Por último deliberou aprovar em minuta a parte respeitante a esta deliberação para imediata produção de efeitos, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. \_\_\_\_\_

**10. TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA GESTÃO DO PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO PÚBLICO SEM UTILIZAÇÃO - DECRETO-LEI N.º**

**106/2018 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2018:** Sobre o assunto foi presente a seguinte Proposta de Deliberação n.º 13/2019 emitida pelo Sr. Presidente Jorge Abreu: \_\_\_\_\_

**Proposta de Deliberação n.º 13/2019:**

Considerando a lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, aprovada pela lei n.º 50/2018 de 16 de agosto, concretiza a transferência de novas competências, a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação dos recursos, através de diplomas legais de âmbito setorial relativos às diversas áreas a descentralizar da administração direta e indireta do Estado, os quais estabelecem disposições transitórias adequadas à gestão do procedimento de transferência em causa. \_\_\_\_\_

No âmbito da lei-quadro aprovada, foi publicado através do decreto-lei n.º 106/2018 de 29 de novembro de 2018, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão do património imobiliário público sem utilização. \_\_\_\_\_

Dispõe o decreto-lei n.º 106/2018 de 29 de novembro de 2018, em matéria de transferência de competências o seguinte: \_\_\_\_\_

*“Artigo 3.º*

*Transferência de competências*

*É da competência dos órgãos municipais a gestão do património imobiliário público sem utilização localizado no território dos respetivos municípios, nos termos regulados nos artigos seguintes.*

*Artigo 4.º*

*Exercício das competências*

*Todas as competências previstas no presente decreto-lei são exercidas pela câmara municipal.”*

Analizado o conteúdo das competências a transferir, cumpre informar que considerando a inexistência de

**- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 02/2019)**

património imobiliário público sem utilização na área do território do concelho de Figueiró dos Vinhos, verifica-se ausência de objeto a transferir e a consequente inaplicabilidade do decreto-lei n.º 106/2018 de 29 de novembro de 2018. \_\_\_\_\_

Por último, a decisão a tomar pelos órgãos municipais no que concerne à eventual decisão de não-aceitação, por agora, das competências ora propostas, prevê o n.º 3 do artigo 4.º da lei-quadro, que as mesmas se converterão em definitivas em janeiro de 2021. \_\_\_\_\_

**Nestes termos,** \_\_\_\_\_

**PROPONHO:**

1. Que a Câmara Municipal delibere não aceitar a proposta de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão do património imobiliário público sem utilização; \_\_\_\_\_
2. Que, após aprovação pela Câmara Municipal, esta proposta seja remetida ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em cumprimento e para efeitos do disposto na alínea ccc) do n.º 1, do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; \_\_\_\_\_
3. Caso a presente proposta resulte na não pretensão de aceitação da transferência de competências por parte do órgão deliberativo para o ano de 2019, que seja promovida a comunicação da decisão à Direção Geral das Autarquias Locais até dia 2 de fevereiro de 2019, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do decreto-lei n.º 106/2018 de 29 de novembro de 2018; \_\_\_\_\_
4. Que seja aprovada em minuta a parte respeitante a esta deliberação para imediata produção de efeitos, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro”. \_\_\_\_\_

**O Sr. Vereador Dr. Carlos Lopes**, referiu que a sua posição é única, para todos os pontos agendados e que vão ser discutidos e analisados, lendo a sua Declaração de Voto que se transcreve na íntegra: \_\_\_\_\_

**“Declaração de Voto - Lei n.º. 50/2018, de 16 de agosto - Lei-Quadro da Transferência de Competências para as Autarquias Locais**

A Assembleia da República aprovou recentemente a Lei n.º. 50/2018, de 16 de Agosto, que estabelece o Quadro de transferência de competências para as Autarquias Locais, concretizando os princípios de subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do Poder Local. \_\_\_\_\_

Neste contexto, analisando os conceitos, entende-se que devemos falar em descentralização quando o Estado

**- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 02/2019)**

comete a Pessoas Coletivas de Direito Público, como as Autarquias Locais, o exercício de uma atribuição ou de um feixe de atribuições que lhe caberiam. \_\_\_\_\_

A intenção da devolução de poderes corporiza-se nas Autarquias locais, que são Pessoas Coletivas de população e Território, com fins múltiplos, isto é, Pessoas Coletivas que têm um substrato Pessoal constituído pela comunidade de pessoas que habitam certa circunscrição do Estado. \_\_\_\_\_

Já o conceito de autonomia está intimamente relacionado com a ideia de auto governo, ou seja, com a faculdade que as organizações têm de se orientarem por regras próprias, pressupondo liberdade e capacidade de desenvolvimento. \_\_\_\_\_

No caso em apreço, estamos perante um Quadro de Transferência de competências de mera execução física e financeira, mantendo o Poder de decisão, em última instância no Governo e na administração central prevendo-se formas de tutela efetiva com a corrosão e progressiva destruição dos princípios enunciados da descentralização administrativa e da autonomia do Poder Local. \_\_\_\_\_

Nesta linha o Processo de transferência de competências em curso, longe de satisfazer os objetivos constitucionalmente consagrados para a Desconcentração de competências para a execução de atos materiais com autonomia administrativa e financeira, embora, como se afirma, não possa haver aumento da despesa pública. \_\_\_\_\_

Nesta sequência, fica o nosso desejo e esperança de que o Processo em desenvolvimento não consista, como outros processos mostraram no passado, redução do investimento público, diminuição da presença do Estado e alijamento do ónus de insatisfação e incumprimento para o Poder Local. \_\_\_\_\_

Sendo certo que algumas das competências previstas na presente Lei já são tarefas exercidas pela nossa Autarquia, importará que à semelhança dos Municípios de baixa densidade possa vir a exercer na plenitude todas as competências contempladas na Lei-quadro, evitando por essa via o acentuar das assimetrias já existentes. \_\_\_\_\_

Em face desta reflexão e pugnando por uma efetiva descentralização de competências, condição indispensável para o desenvolvimento local e regional capaz de assegurar o reforço da coesão territorial e da solidariedade inter-regional, promovendo a eficiência e eficácia da gestão pública, garantindo e aprofundando os interesses das Populações, a satisfação dos seus legítimos direitos e aspirações, o MFI – Movimento Figueiró Independente, analisará e votará sempre em conformidade com os princípios e preocupações evidenciadas e enunciadas, concordando e dando o seu assentimento neste órgão Executivo às onze propostas hoje aqui trazidas, votando em consequência favoravelmente todas as mesmas. \_\_\_\_\_

Figueiró dos Vinhos 18 de Janeiro de 2019. \_\_\_\_\_

O Vereador do MFI

Carlos Lopes”

**- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 02/2019)**

O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, em relação a este ponto, apresentou um documento que leu e se transcreve na íntegra: \_\_\_\_\_

**“Transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão do património imobiliário público sem utilização**

Vem a esta reunião extraordinária da câmara municipal a proposta de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão do património imobiliário público sem utilização. Assim e sem mais. O PSD tem vindo, nas reuniões de câmara, a chamar a atenção para esta questão. Fê-lo nas reuniões de câmara de 11 de julho de 2018, 12 de setembro de 2018 e 9 de janeiro de 2019. Em todas elas sempre deixámos o repto para a realização de uma discussão alargada, participada e transparente que a todos envolvesse. A maioria do executivo assim não entendeu. \_\_\_\_\_

Frisámos até a necessidade da criação de uma Comissão Prévia de Avaliação e Validação, individualizada e concreta, antes da operacionalização da transferência de competências tal como defende a Associação Nacional dos Municípios Portugueses. Uma Comissão que tivesse como funções a análise dos dados e elementos, nomeadamente relativos às instalações, equipamentos, recursos humanos e recursos financeiros de forma a assegurar uma transferência de competências sólida e rigorosa e a garantir que os objetivos de interesse nacional são alcançados, ao mesmo tempo que os interesses do Município de Figueiró dos Vinhos são respeitados. Também esta nossa proposta não foi acolhida. \_\_\_\_\_

É depois disto que aqui chegámos. Sem conhecer o envelope financeiro associados ao nosso Município com a referenciação das verbas por área de competências a transferir e sem o cumprimento de algumas garantias por parte do Governo. \_\_\_\_\_

É, pois, com estas limitações que nos é pedido que deliberemos acerca da aceitação ou não destas competências. \_\_\_\_\_

A crer na informação expressa na proposta constata-se a inexistência de património imobiliário público sem utilização no território do concelho de Figueiró dos Vinhos verificando-se, portanto, a ausência de objeto a transferir pelo que o nosso **voto é favorável** à proposta de deliberação nº 13/2019. \_\_\_\_\_

Figueiró dos Vinhos, 18 de janeiro de 2019

O Vereador

Luís Filipe Silva”

**- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 02/2019)**

Depois destas considerações, **a Câmara Municipal** deliberou por unanimidade proceder em conformidade com a mesma, aprovando a proposta de não aceitar a proposta de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão do património imobiliário público sem utilização. \_\_\_\_\_

Mais deliberou submeter para aprovação, esta proposta ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, em cumprimento e para efeitos do disposto na alínea *ccc*) do n.º 1, do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que caso a presente proposta resulte na não pretensão de aceitação da transferência de competências por parte do órgão deliberativo para o ano de 2019, que seja promovida a comunicação da decisão à Direção Geral das Autarquias Locais até dia 2 de fevereiro de 2019, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do decreto-lei n.º 106/2018 de 29 de novembro de 2018. \_\_\_\_\_

Por último deliberou aprovar em minuta a parte respeitante a esta deliberação para imediata produção de efeitos, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. \_\_\_\_\_

**11. TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS NO DOMÍNIO DO ESTACIONAMENTO PÚBLICO - DECRETO-LEI N.º 107/2018 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2018:**

Sobre o assunto foi presente a seguinte Proposta de Deliberação n.º 14/2019 emitida pelo Sr. Presidente Jorge Abreu: \_\_\_\_\_

**Proposta de Deliberação n.º 14/2019:**

“Considerando a lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, aprovada pela lei n.º 50/2018 de 16 de agosto, concretiza a transferência de novas competências, a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação dos recursos, através de diplomas legais de âmbito setorial relativos às diversas áreas a descentralizar da administração direta e indireta do Estado, os quais estabelecem disposições transitórias adequadas à gestão do procedimento de transferência em causa. \_\_\_\_\_

No âmbito da lei-quadro aprovada, foi publicado através do decreto-lei n.º 107/2018 de 29 de novembro de 2018, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do estacionamento público. \_\_\_\_\_

Dispõe o decreto-lei n.º 107/2018 de 29 de novembro de 2018, em matéria de transferência de competências o seguinte: \_\_\_\_\_

*“Artigo 2.º*

*Transferência de competências*

*1 - É da competência dos órgãos municipais:*

**- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 02/2019)**

*a) A regulação e fiscalização do estacionamento nas vias e espaços públicos, dentro das localidades, para além dos destinados a parques ou zonas de estacionamento, quer fora das localidades, neste caso desde que estejam sob jurisdição municipal;*  
*b) A instrução e decisão de procedimentos contraordenacionais rodoviários por infrações leves relativas a estacionamento proibido, indevido ou abusivo nos parques ou zonas de estacionamento, vias e nos demais espaços públicos quer dentro das localidades, quer fora das localidades, neste caso desde que estejam sob jurisdição municipal, incluindo a aplicação de coimas e custas.*  
*2 - O disposto no número anterior não obsta a que empresas concessionárias de estacionamento sujeito ao pagamento de taxa em vias sob jurisdição municipal possam exercer a atividade de fiscalização do estacionamento nas zonas que lhe estão concessionadas, nos termos do Decreto-Lei n.º 146/2014, de 9 de outubro, na redação dada pelo presente decreto-lei."*

Analisado o conteúdo das competências a transferir, cumpre referir que se trata da assunção de novas responsabilidades para o Município, o que implicará afetação de meios e recursos para assegurar novas tarefas, nomeadamente, os procedimentos administrativos, de fiscalização e de contraordenação. \_\_\_\_\_

Trata-se de uma matéria que transpõe para o Município diversos constrangimentos uma vez que prevê o ónus da regulação e a fiscalização dos estacionamentos, nas vias e espaços públicos, dentro e fora das localidades (dentro do respetivo concelho), assim como o tratamento dos respetivos processos de contraordenação rodoviários por infrações leves relativas a estacionamento e a aplicação das respetivas multas. \_\_\_\_\_

Impõe ainda utilização de um instrumento de gestão de tratamento administrativo das contraordenações - Sistema de Contraordenações de Trânsito (SCoT), bem como a utilização de equipamentos como parquímetros, bloqueadores e máquinas fotográficas para registar as matrículas. \_\_\_\_\_

Considerando a sensibilidade das matérias previstas no decreto-lei n.º 107/2018 de 29 de novembro de 2018, o rigor e conhecimento que a aplicabilidade do diploma obriga, manda a prudência, optar pela não aceitação da transferência objeto de análise para o corrente ano, não descurando, no entanto, o evoluir da temática bem como perceber o alcance que esta matéria terá na esfera do Município e dos municípios. \_\_\_\_\_

Por último, a decisão a tomar pelos órgãos municipais no que concerne à eventual decisão de não-aceitação, por agora, das competências ora propostas, prevê o n.º 3 do artigo 4.º da lei-quadro, que as mesmas se converterão em definitivas em janeiro de 2021. \_\_\_\_\_

Nestes termos, \_\_\_\_\_

**PROPONHO:**

1. Que a Câmara Municipal delibere não aceitar a proposta de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do estacionamento público para o ano de 2019; \_\_\_\_\_

2. Que, após aprovação pela Câmara Municipal, esta proposta seja remetida ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em cumprimento e para os efeitos previstos na alínea ccc) do n.º 1, do artigo 33.º da lei

**- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 02/2019)**

n.º 75/2013, de 12 de setembro; \_\_\_\_\_

3. Caso a presente proposta resulte na não pretensão de aceitação da transferência de competências por parte do órgão deliberativo para o ano de 2019, que seja promovida a comunicação da decisão à Direção Geral das Autarquias Locais até dia 2 de fevereiro de 2019, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 12.º do decreto-lei n.º 107/2018 de 29 de novembro de 2018; \_\_\_\_\_

4. Que seja aprovada em minuta a parte respeitante a esta deliberação para imediata produção de efeitos, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro” \_\_\_\_\_

**O Sr. Vereador Dr. Carlos Lopes**, referiu que a sua posição é única, para todos os pontos agendados e que vão ser discutidos e analisados, lendo a sua Declaração de Voto que se transcreve na íntegra: \_\_\_\_\_

**“Declaração de Voto - Lei n.º. 50/2018, de 16 de agosto - Lei-Quadro da Transferência de Competências para as Autarquias Locais**

A Assembleia da República aprovou recentemente a Lei n.º. 50/2018, de 16 de Agosto, que estabelece o Quadro de transferência de competências para as Autarquias Locais, concretizando os princípios de subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do Poder Local. \_\_\_\_\_

Neste contexto, analisando os conceitos, entende-se que devemos falar em descentralização quando o Estado comete a Pessoas Coletivas de Direito Público, como as Autarquias Locais, o exercício de uma atribuição ou de um feixe de atribuições que lhe caberiam. \_\_\_\_\_

A intenção da devolução de poderes corporiza-se nas Autarquias locais, que são Pessoas Coletivas de população e Território, com fins múltiplos, isto é, Pessoas Coletivas que têm um substrato Pessoal constituído pela comunidade de pessoas que habitam certa circunscrição do Estado. \_\_\_\_\_

Já o conceito de autonomia está intimamente relacionado com a ideia de auto governo, ou seja, com a faculdade que as organizações têm de se orientarem por regras próprias, pressupondo liberdade e capacidade de desenvolvimento. \_\_\_\_\_

No caso em apreço, estamos perante um Quadro de Transferência de competências de mera execução física e financeira, mantendo o Poder de decisão, em última instância no Governo e na administração central prevendo-se formas de tutela efetiva com a corrosão e progressiva destruição dos princípios enunciados da descentralização administrativa e da autonomia do Poder Local. \_\_\_\_\_

Nesta linha o Processo de transferência de competências em curso, longe de satisfazer os objetivos

**- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 02/2019)**

constitucionalmente consagrados para a Desconcentração de competências para a execução de atos materiais com autonomia administrativa e financeira, embora, como se afirma, não possa haver aumento da despesa pública. \_\_\_\_\_

Nesta sequência, fica o nosso desejo e esperança de que o Processo em desenvolvimento não consista, como outros processos mostraram no passado, redução do investimento público, diminuição da presença do Estado e alijamento do ônus de insatisfação e incumprimento para o Poder Local. \_\_\_\_\_

Sendo certo que algumas das competências previstas na presente Lei já são tarefas exercidas pela nossa Autarquia, importará que à semelhança dos Municípios de baixa densidade possa vir a exercer na plenitude todas as competências contempladas na Lei-quadro, evitando por essa via o acentuar das assimetrias já existentes. \_\_\_\_\_

Em face desta reflexão e pugnando por uma efetiva descentralização de competências, condição indispensável para o desenvolvimento local e regional capaz de assegurar o reforço da coesão territorial e da solidariedade inter-regional, promovendo a eficiência e eficácia da gestão pública, garantindo e aprofundando os interesses das Populações, a satisfação dos seus legítimos direitos e aspirações, o MFI – Movimento Figueiró Independente, analisará e votará sempre em conformidade com os princípios e preocupações evidenciadas e enunciadas, concordando e dando o seu assentimento neste órgão Executivo às onze propostas hoje aqui trazidas, votando em consequência favoravelmente todas as mesmas. \_\_\_\_\_

Figueiró dos Vinhos 18 de Janeiro de 2019. \_\_\_\_\_

O Vereador do MFI

Carlos Lopes”

**O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva**, em relação a este ponto, apresentou um documento que leu e se transcreve na íntegra: \_\_\_\_\_

**“Transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do estacionamento público**

Vem a esta reunião extraordinária da câmara municipal a proposta de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do estacionamento público. Assim e sem mais. \_\_\_\_\_

O PSD tem vindo, nas reuniões de câmara, a chamar a atenção para esta questão. Fê-lo nas reuniões de câmara de 11 de julho de 2018, 12 de setembro de 2018 e 9 de janeiro de 2019. Em todas elas sempre deixámos o repto para a realização de uma discussão alargada, participada e transparente que a todos envolvesse. A



**- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 02/2019)**

maioria do executivo assim não entendeu. \_\_\_\_\_

Frisámos até a necessidade da criação de uma Comissão Prévia de Avaliação e Validação, individualizada e concreta, antes da operacionalização da transferência de competências tal como defende a Associação Nacional dos Municípios Portugueses. Uma Comissão que tivesse como funções a análise dos dados e elementos, nomeadamente relativos às instalações, equipamentos, recursos humanos e recursos financeiros de forma a assegurar uma transferência de competências sólida e rigorosa e a garantir que os objetivos de interesse nacional são alcançados, ao mesmo tempo que os interesses do Município de Figueiró dos Vinhos são respeitados. Também esta nossa proposta não foi acolhida. \_\_\_\_\_

É depois disto que aqui chegámos. Sem conhecer o envelope financeiro associado ao nosso Município com a referenciação das verbas por área de competências a transferir e sem o cumprimento de algumas garantias por parte do Governo. \_\_\_\_\_

A sustentabilidade financeira concreta da transferência de atribuições da Administração Central, o eventual agravamento das desigualdades entre autarquias locais, o afastamento do Estado em áreas em que é essencial, ou o risco das transferências serem encaradas como um mero afastar de responsabilidades do Estado, são algumas reservas que mereceriam uma resposta estudada, avaliada e validada que não temos. Para o PSD torna-se fundamental e decisivo que haja correspondência entre as competências transferidas e os meios a transferir, para que estes permitam ao Município cumprir com eficiência, eficácia e qualidade as suas novas tarefas, não defraudando as expetativas dos Figueiroenses. \_\_\_\_\_

É, pois, com estas limitações que nos é pedido que deliberemos pela não aceitação de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do estacionamento público. \_\_\_\_\_

Sempre dissemos que mais do que transferir ou aceitar competências é preciso saber qual é o envelope financeiro que as acompanha. Para nós é claro que qualquer nova transferência de atribuições e competências deve ser acompanhada da garantia comprovada da dotação do Município de Figueiró dos Vinhos com os meios indispensáveis ao seu pleno exercício, presente e futuro. \_\_\_\_\_

Somos coerentes com o que sempre dissemos. Pela nossa parte não criamos obstáculos à aceitação pelo Município de novas competências nesta matéria, mas como sempre dissemos não passamos cheques em branco pelo que o nosso voto é o de **abstenção**. \_\_\_\_\_

Figueiró dos Vinhos, 18 de janeiro de 2019

O Vereador

Luís Filipe Silva”

**- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 02/2019)**

Depois destas considerações, **a Câmara Municipal** deliberou por maioria quatro votos a favor dos Srs. Vereadores do Partido Socialista, e do Sr. Vereador do Movimento Figueiro Independente, e uma abstenção do Sr. Vereador eleito pela Coligação do Partido Social Democrata/Partido Popular, proceder em conformidade com a mesma, aprovando a proposta de não aceitação de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do estacionamento público para o ano de 2019. \_\_\_\_\_

Mais deliberou submeter para aprovação, esta proposta ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, em cumprimento e para os efeitos previstos na alínea *ccc*) do n.º 1, do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que caso a presente proposta resulte na não pretensão de aceitação da transferência de competências por parte do órgão deliberativo para o ano de 2019, que seja promovida a comunicação da decisão à Direção Geral das Autarquias Locais até dia 2 de fevereiro de 2019, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 12.º do decreto-lei n.º 107/2018 de 29 de novembro de 2018. \_\_\_\_\_

Por último deliberou aprovar em minuta a parte respeitante a esta deliberação para imediata produção de efeitos, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. \_\_\_\_\_

**- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 02/2019)**

**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:**

E não havendo mais assuntos a tratar nesta reunião, o Senhor Presidente declarou encerrada a mesma, eram dezoito horas e quarenta minutos. \_\_\_\_\_

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata, que depois de considerada em conformidade com a minuta previamente elaborada e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim \_\_\_\_\_, na qualidade de Secretário que a redigi, subscrevi e igualmente assino, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. \_\_\_\_\_

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL**

\_\_\_\_\_

**O CHEFE DE DIVISÃO U.O.A.F.**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 02/2019)**

--

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 18 DE JANEIRO DE 2019 (N.º 02/2019)**